

Quem disse ?

«Pensões baixas são um problema sério»

Paulo Pedroso

Visão, 8 de Novembro



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Périplo europeu

Guterres defende concertação a Quinze

O primeiro-ministro, António Guterres, reuniu-se ontem com os seus homólogos da Grã-Bretanha, Bélgica e Áustria para defender uma União Europeia (UE) mais aprofundada do ponto de vista político e concertada a Quinze, sem directórios.

A digressão europeia de Guterres começou em Londres, onde se encontrou com o primeiro-ministro britânico, no nº10 de Downing Street.

No final da reunião, que durou cerca de uma hora, os dois chefes de Governo reiteraram a amizade entre os dois países.

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, numa conferência de Imprensa, no final da reunião, fez questão de sublinhar a ausência de qualquer problema diplomático com o Presidente da República ou com o chefe do Governo português.

«Portugal foi, é e será sempre um grande aliado da Grã-Bretanha», afirmou o chefe de governo britânico. Interrogado sobre a atitude que teve com Jorge Sampaio, pedindo-lhe que adiasse a sua visita oficial ao Reino Unido de Outubro para Fevereiro do próximo ano, Blair explicou: «Em Outubro, tinha pela frente uma visita a vários países islâmicos e só poderia ver o Presidente da República português por um curto período de tempo. Em Fevereiro, seguramente, teremos oportunidade de ter uma agenda mais alargada e diversificada.» Blair e Guterres pronunciaram-se ainda sobre o estado actual das suas relações.

«Somos colegas e grandes amigos», afirmou o primeiro-ministro britânico, lembrando que a presidência portuguesa da União Europeia, ao introduzir na agenda o tema da reforma económica, constituiu «um exemplo para todos os europeus».

Por seu turno, António Guterres sublinhou que «o fundamental é que a União Europeia possa agir unida e em conjunto».

Depois de Londres, Guterres partiu para Bruxelas, onde teve um almoço de trabalho com o presidente do Conselho Europeu e primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, a quem transmitiu os resultados da reunião com Blair.

Ao fim da tarde, Guterres rumou até Viena, onde se encontrou com o primeiro-ministro austríaco, Wolfgang Schüssel.

REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

PENSÕES AUMENTAM ACIMA DA INFLAÇÃO



Seguindo uma política social de protecção dos mais desfavorecidos e de redistribuição equilibrada de recursos financeiros, o Governo socialista actualizou os salários mínimos e aumentou o valor das pensões acima da inflação, por forma a melhorar a qualidade de vida dos beneficiários.

Em 2002, os pensionistas do regime não contributivo verão crescer em 5,6 pontos percentuais as verbas que recebem mensalmente do Estado.

União Europeia

Jaime Gama sublinha em Nova Iorque Presença da ONU em Angola é fundamental e deve ser estimulada



O ministro dos Negócios Estrangeiros português sublinhou no dia 11 que a presença das Nações Unidas em Angola «continua a ser fundamental e deve ser estimulada» para atingir a paz neste país, em guerra civil há mais de 25 anos, apelando, nomeadamente ao empenho pessoal do secretário-geral desta organização, Kofi Annan, com quem se encontrou em Nova Iorque.

Sociedade & País

Matosinhos na vanguarda da habitação social Guterres reafirma prioridade



A habitação social é uma prioridade do Governo socialista. Quem o garante é o primeiro-ministro, que no dia 10, em Matosinhos, sublinhou o facto de nos últimos seis anos a construção de fogos sociais ter decuplicado relativamente ao executivo anterior.



União Europeia construída a Quinze

Com início em Londres, António Guterres realizou ontem uma visita por três capitais europeias, reunindo-se com os seus homólogos da Grã-Bretanha, Bélgica e Áustria para defender uma União Europeia mais aprofundada do ponto de vista político e concertada a Quinze.

Apesar de o primeiro-ministro português ter garantido que permanecem «intactas» as suas boas relações com o seu homólogo britânico e de no final da reunião com Tony Blair, os dois primeiros-ministros mostrarem uma leitura coincidente sobre o futuro da União Europeia, defendendo nomeadamente a necessidade de os Quinze terem uma agenda global de reforma económica e política, a visita de Guterres pretendeu deixar bem vinculada a mensagem de que Portugal rejeita a criação de um directório das tradicionais grandes potências.

Recorde-se que nas últimas semanas, o primeiro-ministro britânico foi um dos principais impulsionadores de duas reuniões restritas (a 19 de Outubro e a 4 de Novembro) aos maiores países da União Europeia sobre o papel da coligação internacional na guerra do Afeganistão. A primeira reunião restrita ao Reino Unido, França e Alemanha, aconteceu mesmo a 19 de Outubro, poucos dias antes do início da cimeira de Gent, deixando de fora a própria Bélgica, que assume actualmente a presidência da União Europeia.

Estes encontros quebraram a tradição das decisões a Quinze e provocaram duras reacções por parte dos Estados-membros excluídos, nomeadamente de António Guterres, que foi um dos primeiros chefes de Governo de países excluídos a protestar, criticando o seu homólogo britânico por estar a prestar uma mau serviço à construção europeia e à coesão da coligação internacional antiterrorista.

Neste mini-périplo europeu, António Guterres teve um almoço de trabalho em Bruxelas, com o presidente do Conselho Europeu e primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, terminando o dia em Viena de Áustria onde se encontrará com o primeiro-ministro austríaco, Wolfgang Schüssel – outro dos chefes de Governo que protestou de forma mais veemente contra as reuniões restritas às grandes potências europeias.

No final do encontro de Viena, foi divulgada uma mensagem clara em que se reafirma que os países europeus de pequena e média dimensão recusam frontalmente qualquer tipo de directórios, exigindo que a União Europeia continue a ser «construída a quinze».



NOVA ERA NAS RELAÇÕES PORTUGAL/ESPANHA

«Nova era nas relações entre Portugal e Espanha», titularava o «Acção Socialista», na primeira página da sua edição de 17 de Novembro de 1983, no âmbito de um encontro histórico em Lisboa dos primeiros-ministros dos dois países, Mário Soares e Felipe González.

As páginas 5, 6, 7 e 8 eram dedicadas a este encontro, onde os dois estadistas e figuras de destaque da Internacional Socialista se reuniram para passar em revista temas de interesse aos dois países, nomeadamente o pedido de adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE).

Das conclusões finais da cimeira ibérica realizada em Lisboa, ressaltavam, entre outros pontos, o reforço da cooperação, solidariedade, concertação e informação e consulta; o apelo aos presidentes dos EUA e da URSS com vista a um acordo consistente de desarmamento mútuo (estávamos em plena Guerra Fria); e o empenhamento dos dois países da Península Ibérica na prossecução do diálogo Norte-Sul.

J. C. C. B.

17 de Novembro

Quem disse?

«Façamos do diálogo luso-espanhol o maior adulto e aberto na Europa»

Jaime Gama



ONU

Portugal ratifica convenção contra terrorismo

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, entregou, no dia 10, nas Nações Unidas, o instrumento de ratificação da Convenção Internacional para o Fim do Terrorismo à Bomba.

A convenção (International Convention for the Suppression of Terrorist Bombings), que tinha a assinatura de Portugal desde 30 de Dezembro de 1999, foi adoptada por resolução da Assembleia Geral da ONU de 15 de Dezembro de 1997, tendo recebido assinaturas de 12 de Janeiro de 1998 até 31 de Dezembro de 1999.

Esta convenção está em vigor desde 23 de Maio deste ano.

Portugal foi o penúltimo país a participar sábado nos acontecimentos relacionados com as convenções internacionais originadas por iniciativa das Nações Unidas, fazendo-o depois do México e antes da Roménia.

Das 12 convenções globais contra o terrorismo adoptadas sob o patrocínio da ONU, quatro estão depositadas junto do secretariado-geral da ONU e são o centro da maioria das diligências feitas entre amanhã e depois por mais de 50 países-membros desta organização internacional que as assinarão, ratificarão ou consultarão.

As quatro convenções sobre terrorismo internacional, de que o secretariado-geral da ONU é depositário, são as Convenção para a Prevenção e Castigo de Crimes contra Pessoas Protegidas Internacionalmente, Incluindo Agentes Diplomáticos, de 1973, a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, de 1979, a Convenção Internacional para o Fim do Terrorismo à Bomba, de 1997, e a Convenção Internacional para o Fim do Financiamento do Terrorismo, de 1999.

Produção científica

Portugal lidera crescimento na UE

Portugal é o país da União Europeia (UE) que registou a maior taxa de crescimento na produção científica e no número de doutorados em ciência e tecnologia entre 1995 e 2000.

A informação foi avançada, no dia 10, em Matosinhos, pelo primeiro-ministro.

Falando na sessão de encerramento das segundas Jornadas de Inovação, que decorreram na Exponor, António Guterres salientou que este desempenho – avaliado segundo «indicadores certificados pela UE» – traduz uma «aposta política fundamental» na recuperação do atraso estrutural português relativamente aos países mais desenvolvidos da Europa.

De acordo com o chefe de Governo, Portugal foi o segundo país em que o

contributo do Orçamento de Estado para o desenvolvimento da ciência e tecnologia mais cresceu, e o terceiro em ritmo de crescimento do financiamento das empresas do sector privado da investigação e desenvolvimento.

Globalmente, salientou, «somos o terceiro país em taxa de crescimento da despesa em investigação e desenvolvimento no conjunto da economia portuguesa».

Segundo os dados divulgados por António Guterres, Portugal foi o quarto país europeu em que o número de investigadores mais cresceu e, «numa área particularmente sensível e difícil, que é a das pequenas e médias empresas», foi o segundo em taxa de crescimento dos apoios concedidos aos esforços de investigação e desenvolvimento.

Aristides de Sousa Mendes

Exposição no Museu da Resistência

Uma exposição dedicada ao cônsul de Portugal em Bordéus Aristides de Sousa Mendes, o «Schindler português», está patente ao público na Biblioteca-Museu República e Resistência.

A exposição de banda desenhada, da autoria do cartoonista José Ruy, com texto de João Mário Mascarenhas, director do Museu, é especialmente dedicada às escolas.

A exposição retrata o percurso humano de Aristides de Sousa Mendes, que foi perseguido pelo regime ditatorial de António Salazar por ter apoiado milhares de judeus durante a sua permanência no consulado de Bordéus, emitindo passaportes que lhes permitiu fugir da ocupação nazi em França. A mostra aborda ainda temas relativos à II Grande Guerra, nomeadamente o papel do nazismo, o holocausto e os refugiados, entre

outros.

Sobre o mesmo assunto, foi apresentado um álbum de banda desenhada, de José Ruy e João Mário Mascarenhas.

A exposição poderá ser vista nos dias úteis entre as 10 e as 18 horas. Aristides de Sousa Mendes, que era cônsul geral de Portugal em Bordéus, em 1940, foi afastado do serviço diplomático e ostracizado desde então pelo governo de António Salazar.

O cônsul não cumpriu uma directiva governamental do Governo, chefiado pelo ditador de Santa Comba, que acumulava com o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, directiva essa que determinava o impedimento de passagem de passaportes a judeus provenientes dos países nazis ou ocupados. Veio a morrer na pobreza em 1954.

PENSÕES AUMENTAM ACIMA DA INFLAÇÃO

Seguindo uma política social de protecção dos mais desfavorecidos e de redistribuição equilibrada de recursos financeiros, o Governo socialista actualizou os salários mínimos e aumentou o valor das pensões acima da inflação, por forma a melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. Em 2002, os pensionistas do regime não contributivo verão crescer em 5,6 pontos percentuais as verbas que recebem mensalmente do Estado.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade anunciou, na passada sexta-feira, dia 9, que as pensões do Regime Geral da Segurança Social vão aumentar acima da inflação, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro.

As pensões inferiores a 310 mil escudos serão aumentadas 3,5 por cento, enquanto as retribuições superiores ao valor de referência crescerão 2,9 por cento.

A pensão mínima, ainda do regime geral, para as carreiras contributivas inferiores a 14 anos, será aumentada em dois mil escudos, atingindo os 38 contos, traduzindo um crescimento de 5,6 por cento, idêntico ao verificado nas pensões mínimas para os regimes não contributivos.

Os valores mínimos para as carreiras contributivas entre 15 e 40 anos foram actualizados em 4,1 por cento.

A inflação esperada pelo Executivo socialista para o próximo ano é 2,75 por cento.

As pensões sociais mínimas para os Regimes Não Contributivos da Segurança Social vão ser aumentadas em 5,6 por cento. Esta taxa de crescimento mais do que



duplica os 2,75 por cento do valor médio da inflação esperada pelo Governo para 2002. A pensão social mínima para os pensionistas com 70 anos ou mais é aumentada para 33 mil escudos, enquanto as pensões mínimas do Regime Especial de Segurança Social das Actividades Agrícolas sobem para 34.110 escudos.

A pensão social mínima para os pensionistas até 70 anos vai subir para os 30.360 escudos.

Os aumentos a uma taxa dupla da inflação esperada são justificados, correspondendo à manutenção dos critérios de diferenciação positiva prosseguidos pelo Executivo para as pensões mais baixas.

Estes aumentos entram em vigor no primeiro dia de Dezembro deste ano, abrangendo o subsídio de Natal.

Grelha das pensões mínimas para as carreiras contributivas entre 15 e 40 anos

Anos de contribuições	Pensão mínima
15 e 16 anos	40.360 escudos
17 e 18 anos	41.610 escudos
19 e 20 anos	42.850 escudos
21 e 22 anos	44.090 escudos
23 e 24 anos	45.330 escudos
25 e 26 anos	46.580 escudos
27 e 28 anos	47.820 escudos
29 e 30 anos	49.060 escudos
31 anos	50.230 escudos
32 anos	51.550 escudos
33 anos	52.790 escudos
34 anos	54.030 escudos
35 anos	55.280 escudos
36 anos	56.510 escudos
37 anos	57.750 escudos
38 anos	58.990 escudos
39 anos	60.240 escudos
40 anos	62.100 escudos

Fundo de Segurança Social com mais 48 milhões

O ministro do Trabalho e da Solidariedade referiu, no dia 8, a possibilidade do fundo de Segurança Social ser dotado com mais 48 milhões de contos, transferidos do saldo do subsistema previdencial.

A concretizar-se esta transferência, o fundo ficará com um saldo de cerca de 785 milhões de contos, num resultado em que entra a afectação de 137 milhões de contos provenientes da taxa contributiva global e o valor acumulado.

Paulo Pedroso, sublinhando que as políticas sociais e de coesão «foram desde a primeira hora uma das apostas estratégicas deste e do anterior Governo», referiu a aposta no reforço dos níveis da protecção social, na promoção da responsabilidade dos cidadãos e da introdução do rigor na administração.

O ministro defendeu que o rendimento mínimo garantido «é exequível na sociedade portuguesa» e que produz resultados, dando como exemplo o facto de estar a diminuir o número de beneficiários desta medida.

Pedroso referiu-se à nova fórmula de cálculo das pensões, dizendo que salvaguarda os direitos adquiridos e em formação, é feita com base na totalidade da carreira contributiva, incorpora a diferenciação positiva no método de cálculo e mantém a relação entre a pensão e o salário.

«De norte a sul do País, a realidade está à vista de todos: o modelo social português e a sua capacidade de proporcionar protecção social aos portugueses mudou. Mudou muito, profundamente, e mudou profundamente para melhor deste 1995», disse o governante. O ministro rebateu críticas proferidas por Durão Barroso no primeiro dia de discussão do Orçamento de Estado para 2002, segundo as quais o Ministério do Trabalho previa um acentuado crescimento com as suas despesas.

Paulo Pedroso considerou que o crescimento dessa despesa «é na verdade um crescimento de investimentos na protecção social, quer para os beneficiários de hoje, quer para garantir o futuro».

Entretanto, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade anunciou, no dia 9, que as prestações do Rendimento Mínimo Garantido vão ser aumentadas em 5,6 por cento, no próximo ano.

Esta taxa de crescimento mais do que duplica os 2,75 por cento do valor médio da inflação esperada pelo Governo para 2002.

Este aumento significa que o Rendimento Mínimo Garantido passa a ser de 27.720 escudos por adulto e de 13.860 escudos por criança.

Salário mínimo nacional sobe para 69.770 escudos

O Executivo socialista aprovou, no dia 18, em reunião de Conselho de Ministros, os novos valores do salário mínimo nacional, para vigorarem a partir de Janeiro de 2002. Este diploma vem actualizar os valores do salário mínimo nacional, passando de 334,19 euros (67.000 escudos) para 348,00 euros (69.770 escudos) o salário mínimo para o regime geral e de 320,73 euros (64.300 escudos) para 341,25 euros (68.410 escudos) o salário mínimo para os trabalhadores do serviço doméstico.

Estes aumentos significam uma subida de 4,1 por cento no valor do salário mínimo nacional e de 6,4 por cento no valor do salário mínimo do serviço doméstico.

O valor do salário mínimo do serviço doméstico passa assim a representar 98,1 por cento do valor do salário mínimo do regime geral, quando anteriormente se cifrava em 96 por cento desse valor.

Trata-se do prosseguimento da política que tem vindo a ser desenvolvida, desde 1995, que tem permitido o crescimento economicamente sustentado dos valores reais do salário mínimo nacional, elevando, assim, o poder de compra dos trabalhadores e reforçando os níveis de coesão social, sem com isso comprometer os níveis de emprego alcançados e o bom desempenho das empresas portuguesas.

De assinalar, ainda, que se intensifica, de forma substancial, o ritmo de convergência entre a remuneração mínima mensal garantida para o serviço doméstico e a remuneração mínima mensal garantida à generalidade dos trabalhadores.

A este ritmo pode atingir-se a convergência absoluta entre os dois regimes, no próximo ano.

RESTRINGIR UTILIZAÇÕES SECUNDÁRIAS DAS ÁGUAS PÚBLICAS

O Governo deu luz verde, na passada quinta-feira, dia 8, ao decreto regulamentar que classifica um conjunto significativo de Albufeiras de Águas Públicas em Albufeiras Protegidas ou de Utilização Livre que deverão ser objecto de Planos de Ordenamento.

A existência de um número significativo de albufeiras de águas públicas, destinadas a fins públicos como a produção de água para rega, a produção hidroeléctrica e o abastecimento às populações, permite que existam utilizações e condições para usos secundários recreativos e turísticos que importa ordenar, em particular no plano de água e nas áreas envolventes.

Este diploma procede à classificação de um conjunto significativo de albufeiras de águas públicas, recorrendo para o efeito aos critérios de classificação definidos no decreto regulamentar n.º 2/88, de 20 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo decreto regulamentar n.º 37/91, de 23 de Julho.

Em razão da experiência adquirida com a elaboração e acompanhamento de diversos planos de ordenamento e de acordo com os critérios estabelecidos e anteriormente referidos, considera-se que deverá ser reforçada a necessidade de restringir as utilizações secundárias passíveis de ocorrer no plano de água e zona envolvente das albufeiras cuja finalidade principal é o



abastecimento público, questão que se coloca com maior acuidade nas situações em que esse abastecimento está associado a um sistema multimunicipal.

Por outro lado, e nas albufeiras onde as condicionantes às actividades secundárias não são tão determinantes mas exigem princípios e orientações de ordenamento, considerou-se que seria desejável que a faixa de protecção à albufeira fosse de 500 metros. As albufeiras classificadas como protegidas são aquelas cuja água é ou se prevê que venha a ser utilizada para o abastecimento público ou que se encontram inseridas em áreas protegidas ou ainda em áreas da Rede Natura 2000.

As albufeiras de utilização livre são aquelas que, à partida, apresentam condições que permitem, sem prejuízo dos fins principais, a coexistência de um conjunto de actividades secundárias.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 9 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova os novos valores do salário mínimo nacional, para vigorarem a partir de Janeiro de 2002;
- Uma proposta de lei que procede à revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas;
- Um decreto regulamentar que classifica um conjunto significativo de Albufeiras de Águas Públicas em Albufeiras Protegidas ou de Utilização Livre que deverão ser objecto de Planos de Ordenamento;
- Um decreto-lei que aprova o alargamento da Região de Turismo da Serra da Estrela;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira, integrando como utilizadores originários os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso;
- Um decreto que procede à classificação de 107 imóveis como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo à convenção para a cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana para a Constituição da Secretaria Ibero-Americana (SECIB), assinado em Havana, Cuba, em 15 de Novembro de 1999;
- Um diploma que revoga o decreto-lei que regula o regime jurídico dos novos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, e repristina-se o anterior regime;
- Um diploma que altera os decretos-lei que transformam as Administrações dos Portos do Douro e Leixões, de Lisboa, de Sines, de Setúbal e Sesimbra e a Junta Autónoma do Porto de Aveiro em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos e aprovam os respectivos Estatutos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece as competências e o funcionamento do Conselho Superior de Desporto.

MAIS 12 MONUMENTOS E 95 IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO

O solar de Água de Peixes, imóvel de características manuelinas, é um dos 12 monumentos nacionais criados em Conselho de Ministro, na sexta-feira, e fica situado no Alentejo, mais precisamente no concelho de Alvito.

Além dos novos monumentos nacionais, o mesmo decreto do Governo classificou Ministério da Cultura.

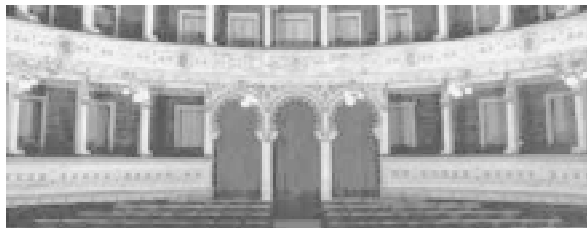
Situado a cerca de seis quilómetros da vila de Alvito, distrito de Beja, o solar de Água de Peixes insere-se na herdade do mesmo nome, encontrando-se actualmente na posse da Casa de Cadaval. De acordo com informações constantes no livro «Arte e História no Concelho de Alvito», editado em 1994 e da autoria de António João Valério, o aspecto arquitectónico do solar

remonta ao tempo de D. Rodrigo de Melo, séculos XV a XVI.

No entanto, já no século XIII, refere o historiador, se tem conhecimento da existência de uma quinta com pomar, vinha, azenha e casas de morada nesse mesmo local que, em 1306, foi comprado por D. Dinis.

Em relação aos novos imóveis de interesse público, de entre aqueles que foram criados no Alentejo (6), destaca-se o Teatro Garcia de Resende, em Évora.

Construído sob influência do teatro à italiana, o Garcia de Resende é uma das salas de referência na Europa, cujo plano de recuperação mereceu, em 1994, o Prémio Europeu de Conservação do Património, no valor de 14 mil contos.



EQUILÍBRIO NAS FINANÇAS REGIONAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, uma proposta de lei que procede à revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Mais de três anos passados sobre a aprovação do diploma que visa concretizar a autonomia financeira consagrada na Constituição e nos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas (Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro), o Governo considerou importante, a partir da análise dos problemas existentes em matéria de relacionamento financeiro, assegurar a continuidade do equilíbrio estabelecido nas finanças públicas regionais e o crescimento sustentado das suas despesas de investimento.

No que à dívida pública regional diz respeito, procede-se ao aperfeiçoamento do critério mais objectivo capaz de permitir determinar a capacidade de endividamento anual das regiões, sublinhando-se a co-responsabilização das regiões no caso de violação das metas de estabilidade definidas



pelo Estado português no quadro dos compromissos nacionais perante a União Económica.

Por outro lado, procura-se tornar mais efectivo o mecanismo relativo aos projectos de interesse comum.

PELO PAÍS

Governação Aberta

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Activar mercado dos computadores em segunda mão

O mercado dos computadores em segunda mão com garantia, no qual as empresas com equipamentos obsoletos podem ter um papel determinante, tem de ser activado como forma de garantir a difusão maciça das novas tecnologias.

O incentivo foi dado, na passada segunda-feira, dia 12, em Lisboa, pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, durante a assinatura de um protocolo entre a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), a TMN e a Microsoft.

O protocolo formaliza a atribuição a mais de 200 escolas dos vários níveis de ensino de 900 computadores em estado usado doados pela operadora de telecomunicações TMN e com software actualizado graciosamente pela Microsoft.

O titular da pasta da Ciência e da Tecnologia aproveitou a ocasião para apelar ao envolvimento de outras empresas em iniciativas análogas.

Segundo Mariano Gago, a renovação constante do parque informático por parte das empresas pode ter repercussões sociais inegáveis se os equipamentos forem aproveitados para outras aplicações.

«Existem mecanismos legais para isso, como o mecenato para a Sociedade da Informação», lembrou o ministro, aludindo aos incentivos fiscais previstos na lei como contrapartida para as empresas que adoptem esta prática.



Conta também com um novo pavilhão desportivo com sala de ginástica, que se afirma como alternativa para a prática desportiva por parte da população e entidades desportivas do concelho.

JUSTIÇA

Obras no Palácio da Justiça de Vila Real prontas em Janeiro

O ministro da Justiça afirmou, no dia 12, que só a conclusão das obras do Palácio da Justiça de Vila Real poderá resolver os problemas das infiltrações de água e da falta de segurança das instalações provisórias daquele tribunal.

Depois de uma visita às instalações provisórias do tribunal da comarca de Vila Real, que desde Fevereiro funciona nas caves no edifício Miracorgo, António Costa afirmou que a única solução possível para a resolução dos problemas apresentados é a conclusão, o mais rapidamente possível, das obras em curso no Palácio da Justiça.

O governante disse que o empreiteiro responsável «deu a garantia que, até Janeiro do próximo ano, as obras no Palácio da Justiça de Vila Real estarão concluídas».

As actuais instalações foram adoptadas como solução transitória, e como tal, segundo o ministro, «não têm a menor condição para em condições normais poder aqui funcionar qualquer tribunal».

Ao longo do ano os magistrados e funcionários enviaram diversas exposições ao Ministério da Justiça chamando a atenção para as más condições das instalações provisórias do tribunal.

CULTURA

Valores ribatejanos em exposição

A Casa do Ribatejo, em Lisboa, organiza a XVI edição do Salão de Artes Plásticas de Motivos Ribatejanos e os 1 Jogos Florais.

Esta iniciativa, que contou com a presença do secretário de Estado da Cultura, José Conde Rodrigues, arrancou, ontem quarta-feira, dia 14.

O evento prolonga-se até ao próximo dia 2 de Dezembro, realiza-se desde o início dos anos 60 e pretende ser mais um espaço para a divulgação dos valores dos artistas e da cultura ribatejana, juntando este ano mais de três dezenas de criadores nas áreas da pintura, escultura, cerâmica e desenho.

DEFESA

Lei de Programação Militar revista no início de 2002

O ministro da Defesa accionou o processo de revisão da Lei de Programação Militar (LPM), para que a Assembleia da República possa apreciar as alterações no início do próximo ano. Em declarações, quinta-feira, dia 8, na Assembleia da República, Rui Pena sublinhou que a própria LPM prevê a abertura de um processo de revisão em todos os anos pares, razão pela qual já deu indicações às chefias do Estado Maior para que esse processo seja accionado imediatamente.

«Comprometi-me com a Comissão Parlamentar de Defesa Nacional em submeter a LPM a um processo de revisão já no início do ano», acrescentou o governante, para quem «não é admissível que as Forças Armadas possam aguardar mais tempo pelo seu reequipamento». «Quanto mais cedo se desenvolverem os procedimentos para a aquisição de novos equipamentos, mais cedo as Forças Armadas poderão dispor dos equipamentos de que carecem», frisou.

Interrogado sobre o momento em que tenciona decidir sobre o concurso para a aquisição de submarinos, após ter pedido pareceres suplementares, Rui Pena apenas disse que essa decisão será tomada «oportunamente por mim e pelo Conselho de Ministros».

EDUCAÇÃO

Nova escola EB 2-3 em Estói

O ministro da Educação, Júlio Pedrosa, inaugurou, no dia 12, a Escola EB 2-3 de Estói, concelho de Faro, com capacidade para cerca de 500 alunos.

O estabelecimento de ensino, que começou a funcionar em Setembro, pode acolher 20 turmas de alunos do segundo e terceiro ciclos, embora este ano lectivo lá funcionem apenas dez.

A escola tem diverso equipamento, como um auditório para 90 pessoas, uma biblioteca, três laboratórios científicos, refeitório e campos diferenciados e vedados, para voleibol, basquetebol e futebol.

PLANEAMENTO

Aposta na discriminação positiva do interior

Os concelhos do interior do País vão beneficiar de investimentos de 130 milhões de contos (650 milhões de euros) até 2006, no âmbito das acções integradas de base territorial (AIBT), anunciou, no dia 12, Ricardo Magalhães. O secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento referiu que, ao todo, estão a ser implementadas 12 AIBT, que cobrem o interior do País, «e que constituem um apoio supletivo para resolver problemas que se arrastam há anos ou para aproveitar recursos que ainda estavam por aproveitar».

«Foi uma opção política do Governo de discriminar positivamente os concelhos do interior», sublinhou Ricardo Magalhães, que falava em Valença, no decorrer de uma visita ao Parque Empresarial local, cuja constituição está a ser apoiada pela AIBT do Minho-Lima.

Segundo o governante, a AIBT do Minho-Lima tem uma dotação orçamental de cerca de seis milhões de contos (30 milhões de euros), incidindo, além do acolhimento industrial, na recuperação dos centros históricos e na requalificação ambiental.

Os primeiros 15 lotes do Parque Empresarial de Valença deverão estar prontos nas próximas semanas, estando neste momento a ser ultimados os trabalhos de infra-estruturação com gás natural, rede de águas e saneamento básico, rede de base de dados, uma estação de tratamento de águas residuais um eco-centro e pré-instalação de fibra óptica.



SAÚDE

OE-2002: défice vai aumentar dez por cento

O ministro Correia de Campos estimou em cerca de 10 por cento o aumento do défice do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 2002, passando de 245 para 270 milhões de contos. A posição do ministro da Saúde foi assumida quinta-feira, dia 8, no segundo dia de debate do Orçamento de Estado para 2002.

Correia de Campos sublinhou que a estimativa tem por base a óptica da contabilidade nacional, «onde a receita e despesa não cobrada nem paga, respectivamente, transitam regularmente de um ano para o outro».

«As conclusões que se podem tirar desta análise é que com os recursos de que o SNS dispõe para 2002, com uma gestão tensa e rigorosa, será possível chegar ao final do próximo ano com um défice final ligeiramente acrescido (mas gerível), em dez por cento, ao estimado para o final deste ano», declarou o governante.

Apresentando uma justificação para os crónicos défices, Correia de Campos disse que o facto de o SNS «e todos os seus estabelecimentos pertencerem à Administração Central, em Portugal, polariza à volta do Orçamento Estado este importante tema e torna-o foco desnecessário de tensões e até de paixões».

«Isso devia a atenção de outros temas mais importantes, como sejam os próprios meios para controlar o crescimento do gasto para obter ganhos em saúde», acrescentou.

REFORÇO À PRIORIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO



«Em regime democrático, a responsabilidade pela definição e boa execução de verdadeiras políticas de Estado não é apenas do Governo e de quem o apoia. É também das oposições mediante a pertinência, a clareza e o bom fundamento das suas propostas», sublinhou o deputado João Cravinho, na intervenção que efectuou no dia 7, na Assembleia da República, durante o debate na generalidade das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento de Estado (OE) para 2002.

Segundo Cravinho, «o Governo tem procurado sempre estar em linha com as previsões emanadas das instituições internacionais e com as tendências verificadas na economia nacional ao longo de 2001. Esse é o seu mérito inquestionável».

Neste último campo, referiu, «há um facto novo que pela sua importância não pode passar despercebido: pela primeira vez, a economia portuguesa está a reagir eficazmente à desaceleração de crescimento dos seus parceiros da União Europeia».

No passado, segundo lembrou Cravinho, «o que se verificava é que as vulnerabilidades estruturais da economia portuguesa actuavam no sentido de ampliar extraordinariamente a desaceleração do crescimento face à média da União Europeia».

Quanto à previsão das receitas fiscais, o deputado do PS referiu que «o Governo aponta para um crescimento global das receitas fiscais de 6,5 por cento, em relação à estimativa da

execução orçamental para 2001», adiantando que «este valor é explicado por um crescimento nominal da economia de 5,4 por cento (crescimento real mais inflação) a que se acrescenta um factor de eficiência fiscal de 1,1. Relativamente à previsão da inflação, disse que «há um largo consenso que a inflação em 2002 será provavelmente bastante mais baixa que a do presente ano, à volta do ponto médio de 2,75 por cento. A previsão do Governo é, assim, sólida».

Por outro lado, Cravinho reiterou que o combate do Governo, no âmbito da reforma fiscal de 2000, contra «a grande desigualdade na repartição da carga tributária, com penalização clara dos rendimentos do trabalho dependente, elevado nível de fraude e evasão e tratamento excessivamente favorável de certas categorias de rendimentos, nomeadamente das mais-valias mobiliárias», mantém-se inalterável.

«Nenhuma dúvida deverá subsistir sobre o prosseguimento sem desvios desse combate, mormente quando se propõe alterações significativas da matriz fiscal», salientou.

Quanto à «peregrina ideia de que o mau comportamento da nossa Bolsa seria devido à recente reforma fiscal», referiu que «não tem fundamento sério, como o comprova um estudo recente, de Junho de 2001, do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre o impacto da reforma fiscal no mercado de capitais português».

Por outro lado, Cravinho sublinhou que «e acordo com a proposta do Governo, o peso das despesas correntes no PIB estará em

2002 abaixo do valor correspondente em 1995. E o peso das despesas correntes primárias líquidas de transferências correntes em 2002 deverá recuar para valor idêntico ao de 1995. Isto apesar do considerável acréscimo das dotações para o desempenho das funções sociais do Estado».

«Se o Governo PS tivesse ficado pela importância que o último Governo de Cavaco Silva deu à função social do Estado, as dotações com tal função teriam menos 700 milhões de contos em 2002», acrescentou, adiantando que «mesmo num período de grande contenção de despesa primária, em 2002 o peso da função social do Estado na despesa total reforçar-se-á subindo de 56,1 por cento para 57,3 por cento».

Cravinho reiterou que «o reforço da prioridade à função social do Estado tem sido, e é continuará a ser uma grande marca do projecto socialista. Em contraste com a negligência que os Governos de Cavaco Silva dedicaram a essa responsabilidade inalienável da cidadania consciente e solidária devida especialmente aos mais velhos, aos mais fracos e às novas gerações».

Mas, frisou, «o Governo vai ainda mais longe ao propor não só o reforço da prioridade social como também o reforço do investimento público. Neste sentido, em 2002 o investimento público programado deverá aumentar 16 por cento em relação à execução de 2001 ou 7,5 por cento em relação ao OE de 2001».

PSD: réu criador do «monstro»

Aliás, acrescentou, «o esforço de contenção

da despesa pública que o Governo vem operando nos últimos anos introduziu já uma ruptura significativa com a tendência ascensional que os Governos de Cavaco Silva promoveram imparavelmente».

«Como pode o PSD arvorar-se em acusador de despesismo quando, na realidade, é réu criador do monstro que sempre alimentou desveladamente? Com que legitimidade tenta agora combater a todo o custo a consolidação das finanças públicas que a proposta de OE para 2002 consubstancia?», perguntou Cravinho, perante o silêncio atemorador da bancada laranja.

Cravinho congratulou-se ainda «pela boa qualidade da proposta de lei das Grandes Opções do Plano e do relatório que a acompanha. Visão estratégica clara, políticas em articulação com objectivos precisos e investimentos distribuídos em conformidade com a necessidade de valorização estratégica do território nacional como um todo. Claro que propostas desta natureza suscitam sempre críticas. Essas críticas, se construtivas e exequíveis, serão sempre bem vindas».

«Em nome do interesse nacional numa hora de crise internacional. Em nome da defesa do bem-estar dos portugueses numa conjuntura difícil. Em nome do reforço da coesão e solidariedade nacionais num Portugal em profunda transformação», segundo sublinhou Cravinho, «a Assembleia da República tem o indeclinável dever político de aprovar os meios necessários à boa governação que o Governo PS lhe propõe».

J. C. CASTELO BRANCO

ASSIS ACONSELHA BARROSO A REPENSAR O CAMINHO

O líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), Francisco Assis, aconselhou, no dia 9, Durão Barroso a «repensar o caminho» que tem vindo a seguir nos últimos dias, sobretudo os ataques ao Parlamento e ao Presidente da República. Assis falava aos jornalistas após a votação do Orçamento de Estado para 2002, viabilizado, na generalidade, mediante a abstenção de Daniel Campelo e a ausência do deputado do PSD Duarte Lima. Questionado sobre o facto de ter sido precisamente na bancada do PSD, partido que lançou a polémica sobre o acordo de cavalheiros existente no Parlamento relativo às votações, que se verificou a ausência de um deputado, Assis disse não querer «aproveitar-se da situação» para «preferir ataques» contra o maior partido da oposição.

Aconselhou, no entanto, Durão Barroso a «repensar o caminho que tem vindo a seguir nos últimos dias» e a demonstrar «um

respeito profundo pelo Parlamento e pela democracia».

O acordo de cavalheiros, que terminou depois de o PSD ter criticado a forma como foi aprovada a Lei de Programação Militar, estabelecia que as votações na Assembleia da República funcionavam por bancada, excepto quando a votação nominal fosse requerida com oito dias de antecedência.

Na sequência da polémica aprovação da LPM, a conferência de líderes decidiu pôr fim ao acordo de cavalheiros, tendo o CDS/PP anunciando que iria pedir a contagem de votos por fila em todas as votações, que já começou a ser feito para o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano.

Na votação das Grandes Opções do Plano estavam ausentes do hemiciclo quatro deputados do PSD. Na votação do Orçamento de Estado estava ausente o deputado do PSD Duarte Lima, tornando-se assim desnecessária a abstenção de Daniel Campelo para a viabilização do documento.

UM BOM ORÇAMENTO PARA O PAÍS



A proposta orçamental do Executivo de Guterres é a que mais se ajusta à conjuntura económica mundial do pós-11 de Setembro.

Foi esta a convicção manifesta pelo deputado do PS Fernando Serrasqueiro, no dia 7, durante o debate na generalidade sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para o próximo ano.

Contrariando alguns «velhos do Restelo», o parlamentar socialista estabeleceu a diferença entre a incerteza, que é entendida pelo Governo do PS como «dificuldade em ver para além daquilo que já conhecemos», e a incerteza de alguns partidos de oposição, «que significa certeza de que tudo vai ser pior». Segundo Serrasqueiro, «o OE-2002 foi construído tendo por enquadramento esta incerteza no futuro próximo e por isso com as cautelas que a situação justifica, mas é também um orçamento inconformista», pois, «não se coloca na posição passiva de

observar a realidade mas antes quer determinar a sua evolução».

O deputado do GP/PS assegurou que as projecções contidas na proposta orçamental do Executivo para 2002 estão conforme as hipóteses da Comissão Europeia e têm como suporte uma política de consolidação das finanças públicas e da redução do desequilíbrio externo.

Depois de passar de relance algumas das linhas estratégicas do OE-2002, numa clara ruptura com os pessimismos instalados, Fernando Serrasqueiro afirmou: «Este exercício orçamental com a estratégia que lhe está subjacente provocará, como tem sido norma nos anos anteriores, um crescimento económico que nos colocará mais uma vez em convergência com a média dos países euro.» Garantindo que o OE-2002 é «um bom orçamento para o País», o deputado do PS terminou assegurando que os socialistas participariam activamente na procura de consensos e no melhoramento do documento em prol de Portugal e dos portugueses.

M.R.

PRESENÇA DA ONU EM ANGOLA É FUNDAMENTAL E DEVE SER ESTIMULADA

O ministro dos Negócios Estrangeiros português sublinhou no dia 11 que a presença das Nações Unidas em Angola «continua a ser fundamental e deve ser estimulada» para atingir a paz neste país, em guerra civil há mais de 25 anos, apelando, nomeadamente, ao empenho pessoal do secretário-geral desta organização, Kofi Annan, com quem se encontrou em Nova Iorque.

Jaime Gama falou do problema de Angola durante a 56ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no âmbito dos problemas regionais internacionais por resolver além da guerra no Afeganistão. O ministro português salientou as graves consequências humanitárias, defendendo que a solução para o conflito deve passar pelo cumprimento do Protocolo de Lusaca, assinado em 1994. Gama lamentou ainda a «ausência de propostas construtivas quanto a um cessar-fogo ou à cessação das operações ofensivas», obstáculos «para fazer acionar as plataformas de diálogo que o momento exige». Depois de reiterar o pesar pelas vítimas dos atentados de 11 de Setembro em Nova Iorque



e Washington, o chefe da diplomacia portuguesa relembrou o apoio de Portugal na campanha internacional a decorrer no Afeganistão.

Jaime Gama frisou que «os princípios que devem nortear a intervenção no Afeganistão devem compreender a preservação da integridade territorial e da unidade do país, bem como visar o estabelecimento de um governo com uma ampla base de apoio, multinéico e representativo».

«Cabe a todos e a cada um dos Estados membros das Nações Unidas o combate a este flagelo (terrorismo), cuja cegueira colocou o mundo num estado de perturbação sem

precedentes desde o fim da II Guerra Mundial», disse.

«O que mais nos choca, contudo, é a comprovação de que estamos perante uma força que ignora ou despreza o próprio direito à vida», acrescentou Jaime Gama, referindo-se ao fundamentalismo islâmico.

Para o ministro dos Negócios Estrangeiros português, é preciso, além de combater o terrorismo, resolver outras questões fundamentais a nível mundial como a guerra em Angola e a situação no Médio Oriente.

Jaime Gama afirmou que «a comunidade internacional não deve poupar esforços para que Israel e os palestinianos voltem ao caminho do diálogo» para que a Palestina veja «reconhecida a sua pátria» e o seu povo conquiste «condições de vida dignas num Estado soberano e responsável» e para que Israel possa «viver em segurança na região e em paz com os seus vizinhos».

O ministro referiu-se ainda à questão de Timor-Leste, elogiando a recente decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de manter a presença da organização no território.

Entretanto, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, visitou segunda-feira à noite o Clube Português de Jamaica, no bairro nova-iorquino de Queens, perto do qual se despenhou o avião «Airbus 300» da companhia American Airlines.

Gama, que se preparava para se reunir na ONU com o subsecretário-geral Ibrahim Gambari na

altura do acidente, iniciou de imediato contactos com as autoridades consulares de Nova Iorque e Newark (Nova Jersey) para averiguar da eventual presença de portugueses a bordo do avião.

No sentido de manifestar a sua solidariedade para com a comunidade portuguesa em Nova Iorque, o ministro Jaime Gama decidiu então deslocar-se ao clube português de Jamaica, que se situa perto do local da tragédia. Depois de se assegurar de que não havia vítimas entre a comunidade portuguesa de Queens, Jaime Gama visitou as instalações do Clube Português, nomeadamente a Escola de Língua e Cultura Portuguesa Nuno Álvares, o salão, o bar e as obras de ampliação que decorrem actualmente.

Gama apela à ratificação do CTBT

Por outro lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros instou os participantes na segunda Conferência sobre o Tratado de interdição dos testes nucleares (CTBT) a adoptarem uma posição firme sobre a necessidade de todos os países aderirem a este tratado.

Numa intervenção, segunda-feira à noite, perante aquela conferência, a decorrer em Nova Iorque, Jaime Gama sublinhou ser «imperativo que todas as nações adiram ao CTBT, em particular as que estão na lista dos 44 países necessários para que o tratado entre em vigor».

MARIANO GAGO ESTREIA PORTUGAL NO CONSELHO DE MINISTROS DA ESA

Portugal, que apresentou os instrumentos de ratificação do acordo de adesão à Agência Espacial Europeia (ESA) há um ano, estreitou-se quarta-feira, em Edimburgo, Escócia, numa reunião do Conselho de Ministros deste organismo.

O ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, representa o Estado português na reunião, que se prolonga até hoje, sendo a primeira vez que o país participa neste fórum de alto nível da ESA como membro de pleno direito.

Lisboa entregou os instrumentos de ratificação do acordo de adesão à ESA em 14 de Novembro de 2000, tornando-se assim o décimo quinto Estado-membro desta organização europeia para a exploração do espaço.

O futuro do foguetão Ariane e diferentes programas científicos de observação da Terra, telecomunicações e localização por satélite estiveram em análise pelo conselho ministerial

da Agência.

Durante os dois dias, dois anos e meio depois de se terem encontrado em Bruxelas, os ministros responsáveis pelo espaço dos 15 países membros da ESA, foram chamados a pronunciarem-se sobre os meios a atribuir à Agência para os próximos cinco anos.

Portugal vai avaliar do seu interesse em participar em programas opcionais como Telecomunicações, Navegação, Observação da Terra, Futuras Oportunidades de Voo da Estação Espacial Internacional, Ariane 5 (foguetão lançador de satélites), assim como no Programa Aurora (que visa desenvolver um programa de longo prazo de exploração robótica e humana de corpos do Sistema Solar), refere uma nota divulgada hoje pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.

A ESA foi formalmente fundada em 1973, com o objectivo de criar uma potência espacial independente na Europa.

O embrião da organização foi formado em 1962 por seis países europeus (Bélgica,

França, Alemanha, Itália, Holanda e Reino Unido) em associação com a Austrália, sob a designação de Organização para o Desenvolvimento do Lançador Europeu (ELDO).

Ainda em 1962, os países da ELDO juntam-se à Dinamarca, Espanha e Suíça, formando a ESRO (Organização Europeia de Investigação Espacial), com o objectivo de criar um programa de satélites.

A ESA nasce da fusão das duas organizações, em 1973, e em Outubro de 1980 é assinada a convenção que dá existência legal à Agência Espacial Europeia.

Irlanda, Áustria, Noruega e Finlândia aderiram posteriormente à ESA, que possui actualmente 15 estados membros, além de acordos de cooperação com a Hungria, República Checa, Polónia, Roménia e Grécia.

A sede da Agência Espacial Europeia situa-se em Paris, mas a estrutura física da ESA distribui-se por quatro centros especializados na Europa, uma base de lançamentos na Guiana

Francesa, nove estações terrestres ao longo do planeta e gabinetes de ligação em Washington, Moscovo e Bruxelas.

O European Space Research and Technology Centre (ESTEC) é o maior dos centros especializados da ESA, com sede em Noordwijk (Holanda), reúne especialistas em todas as disciplinas da engenharia espacial e trata da gestão dos projectos do programa de satélites da Agência.

Com sede em Darmstadt (Alemanha), o European Space Operations (ESOC) assegura a monitorização dos veículos espaciais em órbita, com o apoio das nove estações terrestres distribuídas pelo planeta.

A gestão dos dados obtidos pelos satélites é feita pelo European Space Research Institute (ESRIN), localizado em Frascati (Itália).

Finalmente, o European Astronaut Centre (EAC), em Colónia, tem como tarefa seleccionar e treinar os astronautas que farão parte de missões a bordo do laboratório Columbus, na Estação Espacial Internacional.

ESTRASBURGO

PE aprova

MEDIDAS DE COMBATE AO TERRORISMO

O Parlamento Europeu (PE) aprovou no dia 13, em Estrasburgo, o alargamento do mandato da Europol e a criação de equipas de investigação conjuntas de modo a tornar mais eficaz a luta contra o terrorismo.

A aprovação das duas directivas foi pedida durante a discussão comum, segunda-feira, pelo comissário da Justiça e Assuntos Internos, camarada António Vitorino.

«A Comissão vê com satisfação o facto de o Parlamento Europeu aprovar a directiva-quadro de constituição de equipas conjuntas de investigação e de acolher favoravelmente a extensão do mandato da Europol», referiu Vitorino perante a assembleia de Estrasburgo.

«Estas duas medidas permitirão à Europol lutar de forma bastante mais eficaz contra criminalidade», sustentou.

Com o alargamento do mandato, a Europol (embrião da polícia europeia) passará a ter competências relativamente a todos os tipos de crime.

Assim, aos crimes de terrorismo, tráfico de



droga, branqueamento de dinheiro, tráfico de substâncias nucleares e radioactivas, tráfico de imigrantes ilegais e de seres humanos, vão juntar-se os crimes de comércio ilícito de órgãos humanos, rapto, racismo, tráfico ilícito de bens culturais e de animais ou plantas, extorsão, falsificação de dinheiro, crimes informáticos, corrupção, crimes ambientais e tráfico de hormonas.

Crime organizado

A criação de equipas de investigação conjuntas compostas por polícias e magistrados especializados na luta antiterrorista, também aprovada, insere-se no conjunto de dispositivos jurídicos que procuram dar resposta a uma necessidade acentuada pelos acontecimentos do 11 de Setembro. As futuras equipas compostas por investigadores de vários Estados-membros vão passar a actuar não apenas contra o tráfico de droga e de seres humanos e contra o terrorismo mas também contra o crime organizado.

LISBOA

Portugal/Estónia

CONCERTADAS POSIÇÕES SOBRE FUTURO INSTITUCIONAL DA EUROPA

O s primeiros-ministros de Portugal e da Estónia, António Guterres e Mart Laar, respectivamente, acordaram na terça-feira, dia 12, na concertação das posições dos dois países sobre o futuro institucional da União Europeia. A posição comum aos dois chefes de Governo foi transmitida após um encontro entre António Guterres e Mart Laar, durante o qual também estiveram em análise questões como as relações bilaterais, a situação da Rússia e as acções da coligação internacional na luta contra o terrorismo.



De acordo com António Guterres, tratou-se de uma reunião «entre dois países que se sentem membros de pleno direito da União Europeia e não entre um membro dos Quinze e um candidato à adesão».

«Portugal e Estónia concordaram em concertar posições de forma tão estreita quanto possível sobre o futuro institucional da União Europeia», sustentou o chefe do Governo português, para quem a Estónia «será um parceiro relevante em todos os domínios dentro da União Europeia». O primeiro-ministro da Estónia sublinhou, por seu lado, que a conversa com Guterres não

se concentrou apenas nos acordos de carácter imediato, que irão abranger as áreas da cultura, da economia e da defesa.

«O nosso principal objectivo é preservar o futuro da Europa e coordenar as nossas actividades», salientou Mart Laar.

Depois, o chefe do Governo da Estónia elogiou a posição portuguesa no processo de alargamento da União Europeia.

«Estamos bastante satisfeitos com a posição aberta de Portugal, sobretudo no domínio da livre circulação de pessoas na União Europeia, após o alargamento», referiu.

CLIMA

Bruxelas

UE SAÚDA BOM ÊXITO DA CONFERÊNCIA DE MARRAQUEXE

A União Europeia (UE) saudou sábado o acordo alcançado em Marraquexe, que permitirá pôr em marcha o Protocolo de Quioto, sobre as alterações climáticas.

«O Protocolo de Quioto foi salvo», declarou o secretário de Estado belga responsável pelo desenvolvimento sustentável, Olivier

Deleuze, cujo país assegura a presidência rotativa da UE.

«Podemos de hoje em diante dirigir-nos aos nossos concidadãos e dizer-lhes que, finalmente, a acção será praticada no terreno para pôr fim às consequências dramáticas das alterações climáticas que ameaçam todo o planeta», acrescentou, citada num

comunicado.

Por seu lado, a comissária europeia do Ambiente, Margot Wallstrom considerou que foi dada «uma reviravolta no combate mundial contra as alterações climáticas».

«Concluímos agora quatro anos de negociações árduas», acrescentou.

As regras para pôr em prática o Protocolo

de Quioto, sobre a redução da emissão de gases com efeito de estufa, foram definitivamente adoptadas sábado em Marraquexe (Marrocos) por 167 países.

A adopção destas regras, em negociação desde 1997, deverá abrir caminho à ratificação do Protocolo e à sua entrada em vigor.

GERAR CONSENSOS PARA NOVO CICLO DE LIBERALIZAÇÃO DE MERCADOS

O ministro da Economia português, Braga da Cruz, afirmou no dia 11 estar convicto de que o fracasso da cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle em 1999 não vai repetir-se na 4ª cimeira de Doha, porque, frisou, «há a percepção entre os participantes de que um novo ciclo de liberalização é a única solução para a economia mundial sair da actual situação de desaceleração acentuada».

Entretanto, enquanto os representantes dos 141 países presentes na cimeira procuram um consenso que permita lançar um novo ciclo de liberalização do comércio mundial, o sucesso parcial da cimeira de Doha está parcialmente assegurado com a concretização da adesão à OMC da República Popular da China e de Taiwan, que aumentam para 144 o número de membros da organização e, no caso da China, integra no sistema de regras da OMC cerca de um quinto da população mundial, o que permitirá um incremento sem precedentes do comércio mundial.

Por outro lado, no dia 13, o porta-voz da Comissão Europeia, Anthony Gooch, disse que a União Europeia (UE) está disposta a usar a liberalização do sector dos têxteis como moeda de troca por um acordo global sobre abertura de mercados. Anthony Gooch reiterou que «a UE está aberta a negociar a questão dos têxteis, mas como parte dos esforços para alcançar um acordo global [sobre o lançamento de um novo ciclo de negociações sobre liberalização do comércio mundial] e tendo em conta que é uma questão que tem de ser debatida e aprovada pelos países membros».

«É uma questão difícil no seio da UE, há países que têm objecções», disse Anthony Gooch.

Em causa está a posição de países em desenvolvimento com indústria têxtil forte que exigem maior acesso a mercados no

Ocidente, defendendo uma antecipação da data (2005) prevista em acordos assinados em Marraquexe em 1995 para a completa eliminação do sistema de quotas de exportação de têxteis.

Portugal é um dos países que se opõem às pretensões dos países em desenvolvimento e defende que o calendário acordado em Marraquexe deve ser mantido, mas mantém uma posição flexível.

O ministro da Economia, Luís Braga da Cruz, disse que apesar de a questão dos têxteis ser importante para Portugal, «a economia nacional terá mais a ganhar com o lançamento de um novo ciclo global de liberalização de mercados».

«Ainda que uma antecipação do calendário de liberalização do sector dos têxteis possa ter um impacto negativo para Portugal, será contrabalançada com os benefícios que poderemos colher com uma nova abertura de mercados», disse o ministro da Economia, que deixou Doha na segunda-feira depois de participar nos primeiros três dias da cimeira da OMC.

A importância do sector dos têxteis na economia portuguesa está a baixar a ritmo acelerado, tendo passado de um peso de cerca de 32 por cento no total das exportações em 1991 para os actuais 18,6

por cento, mas ainda representa cerca de 220 mil postos de trabalho.

Entretanto, Anthony Gooch disse que a UE considera «um avanço significativo na direcção certa» uma versão revista do rascunho de acordo final, que foi entregue no dia 13 às delegações dos 141 países presentes na cimeira.

O documento, baseado numa versão original preparada em Genebra, incorpora os consensos alcançados nas negociações em Doha, nomeadamente o acordo alcançado entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos sobre a flexibilização do sistema de patentes sobre medicamentos para permitir o combate a problemas de saúde pública como a sida, a malária e outras epidemias.

O ministro português da Economia, Luís Braga da Cruz, que encerrou no dia 11 a sua participação na cimeira regressando segunda-feira a Lisboa, disse estar optimista quanto ao bom êxito da cimeira de Doha porque, frisou, «há a percepção entre os participantes de que um novo ciclo de liberalização é a única solução para a economia mundial sair da actual situação de desaceleração acentuada».

Sobre a posição de Portugal na cimeira, de tentar evitar uma antecipação da data prevista

nos acordos de Marraquexe, 2005, para a completa liberalização do sector dos têxteis, Braga da Cruz manifestou-se também optimista, referindo que no seio da delegação da União Europeia acrescentou a Grécia à Espanha, Itália e França na lista dos países que apoiam a posição portuguesa.

Braga da Cruz insistiu, no entanto, que o posicionamento de Portugal não se resume nem é constringido pela questão dos têxteis, uma vez que a economia portuguesa tem muito a ganhar com o novo impulso à abertura de mercados que está a ser negociado em Doha.

Economia portuguesa em transformação

«A economia portuguesa está em transformação, o perfil das exportações está a mudar e o que Portugal tem a ganhar com um novo ciclo de liberalização é bastante mais do que as perdas que possam resultar de uma antecipação da data de abertura total do mercado de produtos têxteis», disse Braga da Cruz.

A importância do sector dos têxteis na economia portuguesa está a baixar a ritmo acelerado, tendo passado de um peso de cerca de 32 por cento no total das exportações em 1991 para os actuais 18,6 por cento, mas ainda representa cerca de 220.000 postos de trabalho.

Entretanto, Braga da Cruz adiantou que «o secretismo negocial é a palavra de ordem entre as delegações (de 141 países) que participam na cimeira, mas há a noção de que já passaram três dias e de que falta apenas um dia e meio para que um compromisso seja alcançado. O processo de convergência vai acelerar».

O ministro da Economia português reconhece que não é ainda possível falar de progresso ou de entendimento sobre as questões mais contenciosas - nomeadamente os subsídios à agricultura, e a flexibilização do sistema de protecção de patentes de medicamentos para responder a necessidades de saúde pública - mas referiu que «as expectativas no final do dia de hoje são mais positivas que no início da cimeira».



O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



SAMPAIO DEFENDE AVALIAÇÃO CONSEQUENTE

O Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu, no dia 9, que a avaliação das escolas e dos professores é um instrumento essencial para uma educação eficaz e que se devem tirar consequências dos resultados dessas avaliações.

Sampaio, que discursava na Covilhã, na abertura do ano lectivo da Universidade da Beira Interior, destacou alguns aspectos no sector da Educação em que «é urgente recuperar».

«Acredito que a avaliação das escolas e dos professores tem de ser um instrumento essencial na construção de uma educação eficaz e democrática. Uma avaliação da qual é essencial que se tirem consequências», afirmou.

Sampaio insistiu no tema da avaliação das escolas, da avaliação e formação dos seus professores, na mudança de métodos pedagógicos, considerando indispensável a criação de «dispositivos de avaliação do trabalho, que sirvam de base à melhoria das aprendizagens».

Consciente das «muitas queixas» de «facilitismo» e de «se tolerar em demasia a indisciplina» em relação à escola pública, Sampaio defendeu que além de ser necessário corrigir esta imagem, é preciso garantir «que se criam nas escolas hábitos



de trabalho responsabilidade e exigência». «Há que rever os conceitos de escola boa e escola eficaz», disse.

Para o Presidente da República, uma «escola boa» é uma escola que «visa a integração educativa e social e que forma pessoas capazes de compreenderem e intervirem na sociedade» e «uma escola que cria condições para ajudar os professores a serem mais competentes e eficazes».

Sampaio considerou «inadiável a criação de condições de estabilidade e de responsabilidade perante os percursos escolares dos alunos, e sobretudo para uma avaliação consequente».

Sobre o ensino superior, Jorge Sampaio considerou «urgente corrigir e repensar» o sistema actual, defendendo que nos próximos anos o investimento terá de privilegiar a qualidade do ensino e a investigação científica.

Também no ensino superior Sampaio considerou essencial «incentivar e aperfeiçoar os sistemas de avaliação das instituições, e garantir que os resultados obtidos são tidos em conta nos projectos de ensino e investigação».

A educação e formação ao longo da vida foi ainda abordada pelo chefe de Estado.

Sampaio defendeu que as instituições de ensino básico, secundário e superior «têm de se esforçar, que ao nível do reconhecimento de competências e habilitações adquiridas, quer ao nível da organização de programas pertinentes».

SAMPAIO PEDE REGRAS NAS RELAÇÕES JUSTIÇA/MEDIA

O Presidente da República afirmou em Aveiro, a propósito das relações Justiça/Comunicação Social/Opinião Pública, que é necessário fundar regras que «não transformem os media em tribunais e os agentes da Justiça em "opinion makers"».

Jorge Sampaio falava sessão solene de abertura do VI Congresso dos Juizes Portugueses, em Aveiro, subordinado ao tema «Justiça e Opinião Pública» e que teve ainda como oradores o ministro da Justiça, António Costa, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Aragão Seia, e o presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Ferreira Girão.

As intervenções de Ferreira Girão e Aragão Seia ficaram marcadas por críticas à actuação dos media e ao comportamento mais mediático de alguns juizes, tendo o presidente do STJ dito que «é tempo de



juizes e jornalistas contribuírem para o estabelecimento de uma frente comum» contra o medo, a intolerância, as pressões e «a desinformação que produz injustiças de toda a espécie».

Atento a este tema, cuja actualidade foi sublinhada por todos, Jorge Sampaio propôs que «a mediatização dos tribunais tenha como limite a preservação da independência dos juizes, sob pena de as suas decisões correrem o risco de serem apenas um eco da praça pública».

Preservar a integridade

«A independência do juiz está em risco sempre que falte a necessária distância entre a opinião pública e o acto de julgar», referiu. Acrescentou que, a par da independência dos juizes, importa «preservar a integridade de quem está em Juízo».

Nas palavras do chefe de Estado e antigo advogado são «demasiadas os exemplos de ofensa à integridade das pessoas pela mediatização da Justiça», pelo que «têm os juizes especiais responsabilidades na ponderação destes valores».

Neste sentido, defendeu que os juizes, em cooperação com outros agentes da Justiça e os profissionais da Comunicação Social, organizem formas institucionalizadas de reflexão e de debate que evitem «intoleráveis ofensas ao princípio da presunção da inocência», bem como outras perversões: «acusados transformados em vítimas no tribunal da opinião pública» e «ofendidos feitos arguidos».

Aos juizes pediu uma «acrescida consciência das responsabilidades», necessária às reformas da Justiça, e uma Justiça «pronta e eficaz», sem lugar para o «laxismo e a falta de cooperação».

GUTERRES REAFIRMA PRIORIDADE

A habitação social é uma prioridade do Governo socialista. Quem o garante é o primeiro-ministro, que no dia 10, em Matosinhos, sublinhou o facto de nos últimos seis anos a construção de habitações sociais ter decuplicado relativamente ao executivo anterior.

«Quando cheguei ao Governo, em 1995, verifiquei que estavam a ser construídas cerca de 600 habitações por ano. Desde esse ano, estamos a construir todos os anos sete mil habitações sociais, em cooperação com as autarquias», afirmou o primeiro-ministro.

«Nos últimos seis anos de governo, 900 mil portugueses já compraram casa, graças às taxas de juro baixas», disse o Guterres, frisando que «há muita gente que não poderia comprar casa mesmo que não houvesse taxas de juro, sendo a esses que se destinam as habitações sociais».

«Mas não nos limitamos a construir as casas, deixando o entorno ao abandono, como acontecia anteriormente – procurámos construir comunidades dotadas de todos os serviços de apoio social, de forma a que nestas urbanizações a marginalidade não encontre terreno para prosperar», sublinhou, destacando o papel «de vanguarda» que o município de Matosinhos desempenha nesta área, a nível nacional.

António Guterres falava durante a inauguração do conjunto habitacional Farrapas/Cidres, em Matosinhos, a que presidiu a convite de Narciso Miranda.

Trata-se de um investimento de 3,8 milhões de contos (18,95 milhões de euros) que permitiu realojar 356 famílias.

Na ocasião foi ainda inaugurado o conjunto habitacional da Trindade, na freguesia de Santa Cruz do Bispo.



De acordo com a autarquia matosinhense, as habitações entregues integram-se num plano de realojamento em desenvolvimento pela edilidade há alguns anos, no âmbito do qual estão em fase de conclusão 1.517 fogos, a entregar até ao Natal, que permitirão realojar seis mil pessoas.

Disseminados pelas freguesias de Leça da Palmeira, Santa Cruz do Bispo, Custóias, Perafita, Guifões e Leça do Balio, os vários conjuntos habitacionais em construção representam um investimento total de 16,7 milhões de contos (83,5 milhões de euros).

Do total de habitações, 926 destinam-se a arrendamento, 44 são construídas por promoção directa da Câmara (no valor de 350 mil contos – 1,75 milhões de euros) e 547 são para venda directa, no âmbito dos programas PER – Famílias e Habitação Jovem.

Segundo refere a autarquia presidida por Narciso Miranda, das 356 habitações entregues, 230 (188 em Farrapas e 42 em Cidres) destinam-se a arrendamento para famílias carenciadas, num investimento de 2,5 milhões de contos (12,5 milhões de euros).

As restantes 126 habitações, no conjunto habitacional da Trindade, têm o valor global de 1,3 milhões de contos (6,5 milhões de

euros) e destinam-se a venda directa ao abrigo do PER – Famílias e da Habitação Jovem.

De acordo com a autarquia, os custos relativos aos terrenos, infra-estruturas e equipamentos sociais foram totalmente suportados pela câmara, enquanto os referentes à construção dos fogos propriamente ditos foram comparticipados em 40 por cento pelo Ministério do Equipamento Social – INH e no restante pela edilidade.

Os conjuntos habitacionais em construção estão dotados de equipamentos sociais que incluem centro de dia para a terceira idade, centro comunitário, polidesportivo com balneários, parque de desportos radicais, parque infantil, actividades de tempos livres (ATL), num investimento total de 900 mil contos (4,5 milhões de euros).

Entrega de 16 novos lotes para habitação no Faial

O processo de realojamentos em curso será encerrado em 2002, ano em que serão concluídas 433 novas habitações em Leça da Palmeira, Matosinhos, S. Mamede de

Infesta e Lavra, abrangendo um total de duas mil pessoas.

O secretário regional açoriano da Habitação e Equipamentos sublinhou, no dia 10, que o Executivo socialista está a efectuar um investimento sem precedentes no parque habitacional dos Açores.

José Contente, que falava na cerimónia de entrega de 16 lotes estruturados na Freguesia de Castelo Branco, no Faial, a outras tantas famílias da ilha, lembrou que, além das obras de reconstrução dos estragos provocados pelo terramoto de 1998, o Governo Regional continua também a facultar terrenos para autoconstrução aos jovens casais.

«Esta é a terceira vez que o Governo concretiza um conjunto de loteamentos na ilha do Faial que há muito estavam esquecidos», frisou o governante, adiantando que, depois do loteamento das freguesias das Angústias e dos Flamengos, foi agora a vez de arrancar o de Castelo Branco.

Ao todo, o Executivo socialista regional já cedeu mais de 80 lotes estruturados no Faial nos últimos cinco anos, desbloqueando, assim, os processos burocráticos que impediram que as obras tivessem avançado durante os anteriores governos laranja.

Segundo o titular da pasta da Habitação, o Executivo de Carlos César conseguiu garantir a atribuição média de 278 lotes por ano nos Açores, durante a última legislatura, contra os apenas 117 verificados até 1996, altura em que os destinos da governação regional mudaram de mãos.

Uma política justificada por José Contente com a necessidade de fixar os casais novos nas suas freguesias e contribuir para a melhoria arquitectónica das respectivas localidades.

Os novos lotes entregues no Faial, situados na freguesia rural de Castelo Branco, que dista dez quilómetros da cidade da Horta, correspondem a um investimento superior a 53 mil contos, e permitirão construir 16 novas moradias, tipo T2 e T3.

GOVERNO PREVÊ REDUÇÃO DE EXEMPLARES

O Ministério da Cultura vai concluir, até ao final do ano, o diploma que altera a actual Lei do Depósito Legal, datada de 1931 e responsável pela cedência ao Estado de 14 exemplares por cada título editado.

A Biblioteca Nacional (BN) é a instituição que assegura a concretização dessa Lei, hoje unanimemente contestada no sector da edição, recebendo diariamente pacotes e pacotes de papel, contendo desde luxuosos livros encadernados a revistas de culinária e palavras cruzadas ou simples panfletos de propaganda. Elaborada durante o regime salazarista, a

legislação – que começou por estabelecer a cativação de sete exemplares – obedece a uma mentalidade vigente na época, segunda a qual competia aos privados beneficiar as bibliotecas.

Os pesados volumes espalhados pelo chão de uma das alas térreas do edifício do Campo Grande são reorganizados e expedidos para as 10 instituições actualmente beneficiárias do Depósito Legal, entre elas as Bibliotecas Municipais de Coimbra, Porto, Braga, Évora, Açores e Madeira.

Esta tarefa representa para a BN um esforço acrescido a nível logístico e financeiro,

segundo declarou o secretário de Estado da Cultura, José Conde Rodrigues.

De acordo com o governante, existe «a vontade» por parte do actual ministério de alterar a lei no sentido da redução do número de exemplares, considerada excessiva, e da simplificação do respectivo circuito de distribuição.

Significará essa mudança que um número – ainda não definido – de instituições beneficiárias poderá perder esse estatuto, passando a recorrer a meios financeiros próprios para aquisição das obras.

«A situação é delicada, e requer o parecer das diversas entidades do sector»,

prosseguiu. Mas até ao final do ano um novo diploma será apresentado ao Conselho de Ministros, assegurou Conde Rodrigues.

Na actualidade, já se coloca um problema, para o qual as instâncias oficiais ainda não encontraram resposta: duas das 12 instituições depositárias desapareceram – a Biblioteca de Macau, em 1999, e a Biblioteca Popular de Lisboa, recentemente.

Acontece então que dos 14 exemplares que chegam à BN, dois destinam-se à própria instituição, dez são reencaminhados e outros dois carecem de destino útil.

VISITAS SURPRESA DE BRIGADAS ESPECIAIS

O secretário de Estado da Segurança Social declarou, no dia 8 que os lares de idosos de todo o País vão passar a ser visitados de surpresa por «brigadas especiais» de fiscalização.

A medida destina-se a reforçar os serviços regulares de inspecção, cuja acção já conduziu ao encerramento de 211 instituições com aquela valência desde 1995 até hoje, precisou Simões de Almeida.

Segundo o governante, os dez inspectores que actualmente integram estas «brigadas especiais» já estão no terreno há duas semanas.

Pertencem ao Instituto da Solidariedade e da Segurança Social e distinguem-se dos inspectores regulares, por um lado, por actuarem em absoluta «surpresa», e por outro, porque o seu trabalho é coordenado a nível nacional, ao passo que os primeiros têm uma competência regional.

Esta diferença de enquadramento destina-se a fazer face ao chamado «efeito de proximidade», evitando avaliações eventualmente influenciadas pelo facto de uma instituição gozar de boa reputação na localidade em que se insere.

Num primeiro período as brigadas especiais



vão actuar preferencialmente no distrito de Lisboa (considerada «uma das áreas de maior risco»), e tomarão como casos prioritários aqueles lares que têm os seus serviços anunciados de forma pública e visível, tratando-se ou não de estabelecimentos licenciados.

Outra iniciativa destinada a «repor a confiança» e «sensibilizar a opinião pública»

sobre os serviços de acolhimento a idosos consiste na elaboração de um «Manual do Utente», projecto que resulta de uma parceria entre o Ministério do Trabalho e da Segurança Social e a DECO.

A publicação, a distribuir gratuitamente, vai estar disponível «até ao final deste ano», destinando-se a informar os utentes e seus familiares sobre as condições que devem

avaliar antes de optarem pelos serviços de uma dada instituição.

Encerramento pode ser imediato

Quanto às brigadas de fiscalização, a sua acção pode conduzir ao encerramento imediato de lares onde sejam apuradas situações que coloquem em risco a integridade física e psicológica dos idosos. Outros sinais de irregularidade serão punidos com a aplicação de coimas e recomendações para reposição imediata das condições em falta.

Os prazos a conceder aos proprietários para reposição de condições ou para pedido de licenciamento – quando se trate de instituições clandestinas – serão sempre «muito curtos», frisou o secretário de Estado, notando que neste campo o Governo aposta na promoção de uma «cultura de responsabilidade» para substituir a «cultura da impunidade» que reinou ao longo de muitos anos.

«Antes de 1996 pululavam os lares ilegais», referiu. «Hoje o problema está longe de ser resolvido, mas a opinião pública está mais sensibilizada e as medidas de fiscalização têm vindo a ser reforçadas», prosseguiu, indicando que a meta é conseguir que «todos os lares» sejam inspecionados «pelo menos uma vez por ano».

As instituições licenciadas a funcionar no País são cerca de 1200, precisou o governante.

NOVO MERCADO IBÉRICO DE ELECTRICIDADE

Os ministros de Economia de Portugal, Braga da Cruz, e de Espanha, Rodrigo Rato, assinaram, ontem, em Madrid, o acordo para a criação do mercado ibérico de electricidade.

Braga da Cruz visita Madrid por este motivo e para participar em diversos actos relacionados com a acção promocional «Perfil de Portugal – Argumentos de Futuro» que esta semana decorre em Madrid, num dos quais manterá um encontro com empresários dos dois países.

Na manhã de ontem, quarta-feira, dia 14, Braga da Cruz e Rodrigo Rato assinaram, na sede da vice-presidência económica do Governo espanhol, o protocolo que estabelece as condições e o calendário para criar o mercado ibérico de electricidade.

O acordo, negociado ao longo dos últimos meses, deverá entrar em vigor em um de Janeiro de 2003.

Este acordo foi negociado paralelamente ao processo de levantamento pelo Executivo espanhol da suspensão dos direitos políticos da EDP na eléctrica espanhola Hidrocontábrico, de qual comprara 19,2 por



cento em Janeiro passado, juntamente com a Caja Asturías, através da sociedade Adygenisval.

O Governo de Madrid impôs essa condição de criação do mercado ibérico para levantar a suspensão do exercício dos direitos, e ao mesmo tempo exigiu a França a quadruplicação da interconexão eléctrica entre

os dois países para que a alemã EnBW, controlada em 34 por cento pela EDF também pudesse exercer seus direitos políticos na Hidrocontábrico, de que comprara 59,6 por cento juntamente com o grupo espanhol Villar Mir, através da sociedade Ferroatlântica.

O acordo luso-espanhol prevê a criação, antes de um de Janeiro de 2003, de um

mercado português de electricidade, a que poderão aceder em condições de igualdade os operadores espanhóis.

Ao mesmo tempo, fica prevista a criação de um grupo formado pelos operadores do sistema eléctrico de Espanha e Portugal para programar as trocas de electricidade.

Em um de Janeiro de 2003 deverá estar a funcionar, de forma coordenada, a gestão dos serviços complementares dos sistemas espanhol e português.

Além disso, o acordo prevê aumentar a capacidade de interconexão entre os dois países através da construção da linha Alqueva-Balboa, no ano 2004, e de reforço da linha Cartelle-Lindoso, no ano 2006.

Será também reforçada a interconexão no Douro internacional através do aumento de capacidade da linha Cedillo-Oriol, antes de Janeiro do ano 2003, através da construção de uma nova linha de 400 kw, ou da melhoria da existente no ano 2006.

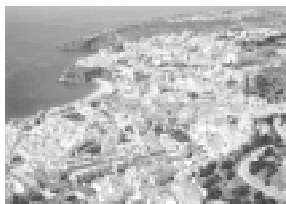
A Comissão Nacional de Energia de Espanha enviará cada dois anos um relatório ao Ministério de Economia sobre o funcionamento do mercado português de electricidade.



Albufeira

Segurança reforçada

O átrio exterior dos Paços do Município foi palco da cerimónia de apresentação dos novos 21 agentes da Guarda Nacional Republicana que irão, a partir de agora, ficar sediados em Albufeira.



Esta medida surge na sequência do reforço de segurança havido aquando do Verão e, à sua semelhança, também estes novos agentes passarão a fazer o policiamento preferencialmente de bicicleta. Este aumento de efectivos irá permitir mais e melhor segurança aos residentes e turistas do concelho de Albufeira.

Almodôvar

Natal do Idoso

A Câmara Municipal de Almodôvar. À semelhança de anos anteriores, vai realizar este ano mais uma edição do Natal do Idoso, na Escola Dr. João Brito Camacho.



Os objectivos principais desta iniciativa são proporcionar aos idosos do concelho um momento de confraternização e lazer, numa época tão especial como o Natal. Assim, a autarquia servirá um lanche aos participantes, havendo ainda um momento de animação, com a actuação de vários artistas.

Fafe

Inauguração do parque de campismo de Queimadela

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, esteve presente ontem, dia 14, na cerimónia de inauguração do parque de campismo de Queimadela. Trata-se de uma obra que orçou em mais de 135.000 contos, e que inclui um vasto conjunto de infra-estruturas de apoio, nomeadamente edifício de recepção e área social, com bar-

restaurante e casa do guarda, balneários de apoio aos utentes, lavandaria e grelhador colectivo.

Faro

Autarquia implementa programa de desporto-aventura

A Câmara Municipal de Faro colocou em funcionamento o «Programa Aventura», englobado no «Programa Geral Cidade Viva Cidade Activa».



O objectivo é aumentar a oferta desportiva no concelho de Faro através de modalidades de aventura, tais como o BTT, escalada, rapell, orientação, entre outras.

Loulé

Mais um parque de estacionamento

A Câmara Municipal de Loulé aprovou recentemente o estudo prévio referente à criação de um auto-silo em Loulé.



Assim, brevemente, esta cidade poderá ter um novo parque de estacionamento que irá contribuir para solucionar os problemas de estacionamento actualmente existentes. O futuro parque de estacionamento ficará localizado num terreno em frente às instalações da Guarda Nacional Republicana, com uma área de 2000 metros quadrados, que é actualmente ocupado por armazéns da autarquia onde funciona a Divisão de Electricidade, e um posto de transformação.

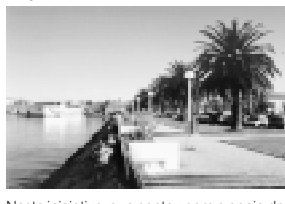
Obras do novo campo de jogo da malha

Tiveram início no dia 6 os trabalhos referentes à construção de um novo campo de jogo da malha na cidade de Loulé. A obra. Da responsabilidade da autarquia, pretende criar um espaço com condições condignas para a prática desta modalidade.

Montijo

S. Martinho na Atalaia

No passo dia 10, o Gabinete do Idoso da Câmara Municipal do Montijo levou a efeito o «S. Martinho da Atalaia», uma iniciativa que decorreu no Círio dos Olhos de Água, na Freguesia da Atalaia.



Nesta iniciativa, que contou com o apoio da Junta de Freguesia da Atalaia e do Círio dos Olhos de Água, estiveram presentes cerca de 300 idosos do concelho.

Pontinha

Novo brasão da Freguesia



A Freguesia da Pontinha tem um novo brasão. Recorde-se que o brasão utilizado até agora não era oficial, por não estar de acordo com as Leis da Heráldica, pelo que a Junta de Freguesia, presidida pelo camarada José Francisco Guerreiro, deu início à tarefa de execução e aprovação de um novo brasão, oficializado em «Diário da República» e registado na Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Sintra

Câmara organiza colóquio sobre desporto

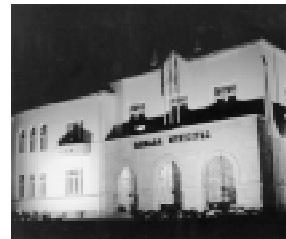
A Câmara Municipal de Sintra, em colaboração com o Instituto de Desporto do Ministério da Juventude e do Desporto, organizou no dia 3, um colóquio subordinado ao tema «Jovens no desporto – um pódio para todos», que decorreu na Casa da Juventude de Sintra.

Tarouca

Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos

Tarouca aderiu ao sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos da

Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, juntamente com mais nove concelhos. Entretanto, cerca de 20 ecopontos foram distribuídos pelo concelho, proporcionando a recolha selectiva de materiais para reciclagem e valorização.



Torres Vedras

Câmara reabre cine-teatro

O antigo edifício do cine-teatro de Torres Vedras, propriedade da autarquia, foi no dia 11 reaberto ao público totalmente recuperado, mas a única sala de espectáculos da cidade ainda está sem programação definida. O presidente da Câmara, Jacinto Leandro, disse que é intenção da autarquia «nomear um responsável pela gestão e programação anual do espaço».

O autarca adiantou que «para já não vai ser ninguém nomeado, será a nova Câmara (após as eleições) que vai encontrar a pessoa ou a empresa que se responsabilize por realizações frequentes no cine-teatro». A um mês das eleições autárquicas e aproveitando as comemorações do feriado municipal do 11 de Novembro, a autarquia abriu as portas do edifício construído de raiz em 1923 e cujas obras custaram meio milhão de contos.

«A fachada, os camarotes e o balcão mantêm-se, tendo-se dado uma grande revolução ao nível do palco, onde passamos a ter condições técnicas para todo o tipo de espectáculos necessários a uma cidade que esteja fora da capital», afirmou Jacinto Leandro.

Depois de encerrado em 1998, dado o estado de degradação da estrutura do edifício, a Câmara adquiriu o imóvel por 100 mil contos à Lusomundo, empresa que utilizava a sala para a exibição de filmes.

O início das obras só aconteceria dois anos depois dado que a Câmara anulou um primeiro concurso público alegando que as empresas concorrentes apresentaram orçamentos superiores a 700 mil contos. Só depois de repetido o concurso, a autarquia veio a adjudicar a obra realizada nos últimos 10 meses por 500 mil contos. Para pagar a recuperação do edifício e a montagem de um moderno palco, a Câmara candidatou-se a fundos comunitários tendo recebido 320 mil contos.

A autarquia recebeu ainda mais 100 mil da parte da direcção geral das autarquias tendo pago o restante montante com verbas do orçamento camarário.

PS EM MOVIMENTO

ALMODÔVAR

Mulheres socialistas

As mulheres socialistas do concelho de Almodôvar organizam amanhã, dia 17, pelas 20.30 horas, na Escola Dr. João de Brito Camacho, um jantar com o objectivo de apoiar os candidatos do PS às eleições autárquicas de 16 de Dezembro.

Durante o jantar, que se prevê uma grande confraternização em torno dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade, haverá ainda lugar para diversos momentos de animação.

BAIXO ALENTEJO

Federação elogia OE

Num comunicado do dia 7, a Federação do baixo Alentejo, liderada pelo camarada Luís Ameixa, elogia o Orçamento de Estado (OE) para 2002, por «voltar a ter em atenção especial o distrito de Beja».

«O PIDDAC ascende a 37,3 milhões de contos para o distrito de Beja, num crescimento de 16,4 por cento face a 2001», acentuam os socialistas alentejanos.

«Com o PS no Governo os investimentos do Estado neste distrito passaram de sete milhões de contos em 1996 para os actuais 37,3 milhões de contos em 2002, numa subida na ordem de mais de 420 por cento», lê-se no comunicado.

A Federação do Baixo Alentejo do PS «congratula-se com o caminho de progresso prosseguido pelo Governo do PS no distrito de Beja».



CARCAVELOS

Apresentação dos candidatos

O restaurante «Tricana da Barra», na praia de Carcavelos, foi palco no passado dia 11 da sessão de apresentação dos candidatos do PS à Assembleia de Freguesia de Carcavelos.

A lista de candidatos do PS integra camaradas competentes, experientes, determinados, conhecedores da realidade de Carcavelos, capazes de garantir um bom desempenho na Junta de Freguesia.

ÓBIDOS

PS reúne com moradores

Os candidatos socialistas à Câmara de Óbidos, Leiria, deslocaram-se ao Bom Sucesso, lugar onde a autarquia autorizou um licenciamento que violou o Plano de Urbanização local, e prometeram «corrigir as irregularidades» cometidas durante este mandato.

Durante uma reunião com a Comissão de Moradores do Bom Sucesso, localidade situada na margem sul da Lagoa de Óbidos, os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal asseguraram que, se forem eleitos, irão «entrar em ruptura com a situação anterior».

Os candidatos do PS à Câmara referiam-se à gestão socialista na Câmara liderada há 22 anos consecutivos pelo presidente Pereira Júnior e sobre quem recaí uma acção de perda de mandato por violação do Plano de Urbanização do Bom Sucesso.

O camarada Eduardo João prometeu que uma das medidas que será tomada é a elaboração de um Manual de Práticas de Edificações como forma de assegurar que «haja regras de construção no concelho», frisou. É o combate contra a invasão de betão.

O candidato mostrou-se disponível para resolver os problemas locais e obteve o apoio da Comissão de Moradores, entidade que denunciou as irregularidades de construção no Bom Sucesso, uma vez que a autarquia estava a permitir a construção de apartamentos numa zona sensível (a menos de 500 metros da Lagoa de Óbidos) e onde só existem vivendas (380).

Relativamente aos processos a decorrer em tribunal sobre este processo, os candidatos disseram ser necessário esperar pela decisão judicial, adiantando, no entanto, que «toda a construção em altura que tenha ultrapassado o que foi licenciado é para demoli».

Eduardo João disse ainda que clada a beleza natural do local «o Bom Sucesso deveria passar a ser o cartão de visita do concelho», assegurando ainda dispor de informações que apontam para o melhoramento da principal estrada de acesso ao Bom Sucesso.

A Comissão de Moradores apresentou ainda outras preocupações como o facto de os habitantes terem que pagar o abastecimento de água a uma associação de proprietários a quem não foi concessionada essa tarefa, uma situação que os habitantes têm vindo a denunciar por ser considerada ilegal.

PAMPILHOSA DA SERRA

PS de luto

O PS da Pampilhosa da Serra, Coimbra, não vai fazer qualquer apresentação pública dos seus candidatos autárquicos, em sinal de luto pela recente morte da sua dirigente local do partido Helena Barateiro.

«Não faremos nenhuma festa de apresentação pública dos nossos candidatos», refere no dia 11 uma nota da Comissão Política Concelhia (CPC) do PS local.

A socialista Helena Barateiro, que era vereadora municipal, foi há oito anos candidata à Câmara da Pampilhosa, tendo sido então derrotada por José Augusto Almeida (ex-PSD), que disputava agora, pela segunda vez consecutiva, as autárquicas numa lista do PS.

Em memória da camarada falecida, que era presidente do Secretariado Permanente da CPC, «também não haverá qualquer tipo de campanha sonora, quer durante a pré-campanha, quer propriamente na campanha eleitoral».

A decisão foi tomada por unanimidade na última reunião da direcção do PS da Pampilhosa da Serra, o concelho mais isolado do interior do distrito de Coimbra.

A Câmara Municipal é presidida há quatro anos por Hermano Almeida (PSD), que se recandidata ao cargo em Dezembro e tem de novo José Augusto Almeida, seu primo em segundo grau, como principal adversário.

PENHA DE FRANÇA

Pré-campanha arranca

Os militantes da Secção da Penha de França estão já a trabalhar afinadamente na pré-campanha eleitoral, correspondendo à mobilização feita pelo Secretariado desta estrutura.

Depois de uma reunião com o PCP local, seu parceiro da coligação «Amar Lisboa», onde foi ultimado o texto do manifesto eleitoral, os militantes desta estrutura que integram a lista à Assembleia de Freguesia estiveram no sábado passado numa acção de pré-campanha no mercado de Sapadores, distribuindo um jornal da coligação «Amar de Lisboa» e contactando com a população.

Outras iniciativas no âmbito da pré-campanha estão ser preparadas nas várias reuniões de trabalho que têm vindo a ser realizadas na Secção da Penha de França.

Entretanto, nas varandas da sede desta estrutura foram já colocadas bandeiras da coligação de esquerda.



Assis acusa

PSD prefere injuriar e caluniar

O líder parlamentar do PS, camarada Francisco Assis, acusou no dia 11 o PSD de manobrar uma «campanha inaceitável» contra as principais instituições democráticas do país, optando pela via «fácil» da «injúria e da calúnia».

Segundo Assis, «o PSD não tem uma alternativa política séria e credível e está a projectar a sua instabilidade interna para o país», disse o dirigente socialista, frisando que na sua intervenção «condenou vivamente» a «campanha inaceitável do presidente do PSD», Durão Barroso.

Nas palavras de Francisco Assis, essa campanha primeiro atingiu o Presidente da República, depois traduziu-se numa «injúria» ao primeiro-ministro e finalmente reflectiu-se numa «ofensa» ao Presidente da Assembleia da República, na sessão de sexta-feira destinada à votação do Orçamento de Estado.

«O PSD está a pôr em causa as principais instituições democráticas do país», reiterou.

Partido Socialista

AUTÁRQUICAS
2001
PS

PORTO

Conferência de Imprensa

GOMES DARÁ PRIORIDADE À REVITALIZAÇÃO DA BAIXA

O candidato do PS à presidência da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, prometeu criar um gabinete específico para apreciação de projectos de reabilitação de edifícios na Baixa da cidade.

Segundo o camarada Fernando Gomes, que falava numa conferência de Imprensa sobre política urbanística, que decorreu no Parque da Cidade, «não faz sentido que quem quer contribuir para a reabilitação da Baixa tenha que penar pelos corredores da Câmara do Porto, à espera que não sei quantos engenheiros se pronunciem sobre o seu projecto».

O gabinete, que será instalado na baixa portuense, terá autonomia própria e absoluta para despachar este tipo de projectos.

«Tem que ser muito mais simples, em termos burocráticos, recuperar um edifício na baixa, cuja fachada não pode ser mudada e cujos aspectos volumétricos também não podem ser mudados, do que construir um edifício de raiz, com dezenas de habitações, em Ramalde ou Aldoar», sustentou.

O candidato socialista realçou, também, que este gabinete atenderá ainda todos os comerciantes da Baixa que pretendam renovar as suas instalações, ao abrigo do programa Urbcom.

«Os projectos de renovação das lojas não podem também estar sujeitos a burocracia semelhante da de quem quer construir um prédio novo», frisou, assegurando, desde já,



que a Associação de Comerciantes do Porto (ACP) terá representação neste gabinete. Apontando a revitalização da Baixa como um dos seus grandes objectivos, Fernando Gomes realçou que, se vencer as eleições de Dezembro, irá ainda acelerar o processo de informatização dos serviços camarários da área do urbanismo.

«É na área do urbanismo que se joga os principais interesses em matéria financeira e económica, se joga a ocupação da cidade e a sua própria imagem», disse.

Maior transparência

O candidato reconheceu que, «quanto mais

transparente for a informação dos serviços, mais transparentes terão que ser os agentes municipais».

«Aquilo que muitas vezes se faz nos sectores das câmaras municipais é criar dificuldades para vender facilidades», disse, acrescentando que esta situação poderá ser «altamente minimizada» se o sistema informático da câmara estiver completo.

Quando a informatização estiver completa – acrescentou –, «qualquer cidadão poderá dirigir-se a uma Junta de Freguesia e obter informação sobre o seu processo por simples consulta num terminal ali instalado».

No âmbito do urbanismo e das acessibilidades, Gomes realçou, mais uma vez, a importância de instalar uma nova rede de eléctricos na cidade, uma rede «complementar», que em nada se assemelhará à que existiu no Porto.

«Não é a reposição do eléctrico antigo», disse, «porque esta tinha mesmo que desaparecer da cidade, porque era um tremendo embaraço ao trânsito».

«Será um eléctrico que andarà em local próprio, não andarà a conflitar com os automóveis, será uma rede que terá vida própria», concluiu.

O camarada Fernando Gomes afirmou que todos estes seus projectos na área do urbanismo terão que estar já incluídos no novo Plano Director Municipal.

LEIRIA

Almoço de apoio

CANDIDATO PS CONFIANTE NA VITÓRIA

O candidato socialista à Câmara de Leiria afirmou no dia 11 durante um almoço com mil apoiantes estar confiante numa vitória nas eleições para a autarquia governada pelo PSD há mais de 20 anos.

José Manuel Silva acusou a actual presidente da autarquia, Isabel Damasceno, de não ter feito obras, garantindo que a candidatura do PS tem «todas as condições» para ganhar as eleições em Dezembro.

«O concelho tem vivido não de política, mas de relações públicas», acusou José Manuel Silva, salientando que a actual maioria PSD «tem invocado a herança do passado para tentar disfarçar a incapacidade de agir no presente».

Para o candidato do PS, Isabel Damasceno «tem servido chá e simpatia em vez de lançar projectos e as obras estruturantes necessárias para o desenvolvimento e

progresso do concelho».

Na sua opinião, «o que se joga nestas eleições é alcançar a vitória de todos os que estão descontentes com a forma como o concelho é governado há mais de duas décadas».

Caso os socialistas vençam as eleições, «a Câmara Municipal deixará de ser uma agência de licenciamento de obras para se transformar numa alavanca de desenvolvimento em parceira com a comunidade empresarial e académica».

Provedor dos municípios

Num discurso em que demonstrou o seu optimismo na vitória, José Manuel Silva defendeu ainda a criação da figura do provedor dos municípios de Leiria, que será protagonizada pelo empresário Manuel Vieira.

A conclusão das obras de saneamento, a requalificação das estradas municipais e da rede de transportes foram algumas promessas feitas à assembleia, composta por cerca de um milhar de apoiantes.

As prioridades do PS passam pela construção de alternativas de circulação rodoviária que «afastem os veículos do centro e fazer parques de estacionamento em locais estratégicos».

Candidato promete megacomplexo desportivo

No que diz respeito à juventude, José Manuel Silva garantiu que irá promover a realização de um festival anual de música e a construção de um espaço para concertos, bem como um grande complexo desportivo.

De modo a cativar para Leiria «grandes investimentos externos», o PS propõe-se

criar uma agência de desenvolvimento regional, que promova o concelho e a região junto dos centros de decisão.

Presente no almoço, Correia de Campos, ministro da Saúde, afirmou trazer uma mensagem de «solidariedade da administração central» à candidatura protagonizada por José Manuel Silva.

Salientando estar em Leiria na qualidade de militante do PS, Correia de Campos mostrou-se confiante também numa vitória do partido e manifestou a esperança de ver o concelho mais virado para os cidadãos e cidadania.

Por seu turno, o camarada José Miguel Medeiros, presidente da Federação Distrital do PS, acusou Isabel Damasceno de estar a tentar «branquear o passado» do PSD na autarquia, considerando que «Leiria não tem sido uma mais-valia para o país mas para alguns».



UM ORÇAMENTO PARA A CONFIANÇA EXIGE REFORMAS DETERMINADAS E GRADUALISTAS

Um balanço deste debate? Devemos fazê-lo, indo ao cerne das questões e ao essencial dos temas.

Perante a incerteza, somos chamados a assumir responsabilidades. O Governo não se exime às suas, mas invoca a exigência de correspondermos àquilo que o País e os cidadãos nos pedem. Dissemos e repetimo-lo - queremos que o Orçamento de Estado para 2002 saia enriquecido do debate parlamentar - e estamos certos de que isso acontecerá. Tudo fizemos para conceder credibilidade a este plano financeiro, apesar de todas as dificuldades e incertezas. E julgo que conseguimos, sobretudo se lermos com especial atenção as reacções e os comentários que sobre este documento se produziram desde 15 de Outubro, ou o debate que teve lugar nesta Câmara.

Só a fragilidade de alguns ou o ressentimento de outros puderam justificar a repetição de argumentos que muitos sabem não se aplicarem a este Orçamento. Para os que clamavam por disciplina - temos o rigor acrescido de um limite para a despesa pública. Para os que insistiam na obra feita - temos o investimento público claramente assumido. Para os que queriam flexibilidade na aplicação do programa de estabilidade e crescimento - temos uma prática segundo a qual não se sacrifica investimento e despesa social a um défice estrito e cego. Para os que invocavam o combate sem tréguas à fraude e à evasão fiscais - temos um programa coerente e sistemático que já produz os seus frutos. Para os que desejavam mais justiça fiscal - temos a consolidação do desagravamento dos menores rendimentos e das famílias mais numerosas. Para os que defendiam o apoio acrescido à interioridade - temos um regime claro que beneficia exactamente as regiões do interior. Para os que descrem o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e descrem da sustentabilidade financeira desse sector - temos o respeito escrupuloso da lei e a criação de condições para essa sustentabilidade no médio e longo prazos. Para os que invocavam a necessidade de competitividade fiscal - temos um regime equilibrado que se propõe, na prática, fazer cumprir para todos e em condições de confiança, o que a Constituição e a lei estipulam, no sentido do englobamento dos rendimentos e da inexistência de discriminações ou privilégios. Para os que reclamam mudanças estruturais - temos a inserção deste Orçamento num plano continuado de reformas, que serão concretizadas em 2002 se os partidos das oposições tiverem o sentido de responsabilidade que agora se lhes exigiria - mas que agora e de novo será posto à prova, sem desculpas ou lágrimas de crocodilo... Como disse Raúl Prebisch, o espírito de cidadania, a causa nobre da República, que tantos parecem esquecer,



constrói-se no dia a dia, compreendendo-se que «a grandeza dos homens avalia-se pela força com que procuram realizar um ideal» e pela «resistência que opõem às suas vãs aparências». E não se duvide - o nosso inconformismo assenta na procura positiva desse ideal e dos princípios e na resistência firme às tentativas de mistificar a realidade, com dramatizações absurdas, que apenas visam dar a ilusão de que existe quem tem dificuldade em se afirmar... A verdade é que o espectáculo das vãs aparências é inútil e só demonstra insegurança e fraqueza. E quem desrespeita, sem fair play, a dignidade das pessoas e das instituições, violando velhas praxes, em nome do puro espectáculo, limita-se a semear ventos perigosos que depressa se poderão virar contra quem tem a imprudência e a insensatez de os urdir. Para esta proposta de Orçamento do Estado para 2002, que vozes insuspeitas já consideram como um exercício sério e determinado, houve reacções diversas bem ilustrativas da velhíssima fábula do lobo e do cordeiro... Começou por se invocar um suposto ziguezague ou recuo, nas orientações e nas medidas. Depressa, porém, lidas com atenção as propostas, verificado o essencial das mesmas, teve de cair esse diagnóstico. E manda a verdade que se diga, com toda a clareza, que, se nota a raiva incontida dos que julgaram irem as pressões produzir discriminações ou privilégios. Longe disso. Funcionou apenas o pragmatismo prudente e necessário de quem vê que a realidade evolui ou que as circunstâncias mudam. Sem violar o essencial dos princípios e garantindo a cobrança de receita que de outro modo não entraria nos cofres do Estado, porque vivemos num espaço aberto e de fronteiras abertas, onde a livre circulação obriga a competitividade fiscal e harmonização, do que se tratou foi de garantir a eficiência com

recurso ao mais elementar senso comum. Depois, houve quem se apegasse ao suposto irrealismo do cenário macro-económico - num exercício em que o julgamento tinha um veredicto definido de antemão - preso por ter cão, preso por o não ter. Em 10 de Setembro disse-se que deveria ter-se previsto o dia 11 e depois do dia 11, com o diagnóstico reservado em todo o mundo, houve quem dissesse que o melhor seria lançar palpites negros, mesmo que isso deitasse tudo a perder numa confiança fragilizada e incerta... Depois conheceram-se os números coevos do primeiro semestre. Em vez da divergência, verificou-se que Portugal estava a crescer mais do que a Europa antes de 11 de Setembro. Aqui d'el rei - é a guerra que beneficia o governo... Percebeu quem de bom senso que o irrealismo não era, afinal, a marca. Apenas havia prudência, partindo de dados objectivos e não de palpites. Veio então a argumentação sobre a receita fiscal. Estaria sobre avaliada. Uma a uma foram dadas as justificações técnicas. A equipa política das Finanças, afinal, tinha feito previsões abaixo dos crescimentos históricos, com uma taxa de ganho de eficiência fiscal, claramente abaixo das médias dos últimos anos, incluindo o início dos anos noventa... E houve quem esquecesse que, afinal, estava em vigor o novo regime simplificado, em velocidade de cruzeiro e que a situação dos preços dos combustíveis se alterará no início do novo ano... Houve até quem, como o aprendiz de feiticeiro, invocasse o preço do barril do petróleo a menos de 20 dólares, provocando logo um estranho e inesperado abalo no referido preço, rapidamente regressado acima do valor mítico - esquecendo ainda que a estabilidade de preços implicou o saldar de compromissos que agora cessam.

Esgotada a bateria de argumentos - e percebendo-se que limitar a despesa corrente e apostar no investimento era receita acertada ou que cumprir a lei de bases da Segurança Social e apoiar o interior eram orientações correctas e adequadas a uma conjuntura de incerteza - veio então a voz serena dos que invocam o ver para crer como S. Tomé. Afinal, é preciso haver a oportunidade para executar, para aplicar, para pôr em prática. E ninguém, nenhum cidadão sério e responsável pode desejar outra coisa que não seja permitir que a disciplina e o rigor possam ser aplicados - com um controlo rigoroso da despesa pública, com forte sentido social, com consciência de que a coesão é indispensável. Elogio em boca própria é vitupério. Por isso, prefiro dizer com clareza e determinação que este Orçamento e que os pressupostos em que assenta são sérios e exigentes - têm muito trabalho e exigem muito trabalho, exigem um esforço real de persistência, de intransigência e capacidade para dizer não. Não é tarde. É o tempo.

Os graves acontecimentos internacionais devem ser lidos como oportunidades, e não como motivos de deserção, como poderosos estímulos, e não como apelos ao oportunismo, para assumirmos o prosseguimento claro de um caminho de resposta à incerteza e à força instabilizadora do terrorismo. Um caminho de convergência real com os nossos parceiros europeus, para ligarmos a consolidação de médio prazo das finanças públicas à modernização das Administrações Públicas, contrariando um centralismo atávico e as resistências a uma cultura de avaliação e de responsabilidade. Crescer mais e melhor, apostar na boa despesa pública, prestar boas contas, reforçar a ligação entre equidade e eficiência - eis o que tem de ser posto em prática, com persistência, trabalho, rigor e coesão social. Temos potencialidades e energias a aproveitar e a aprofundar. Daí a importância de ligar mais e melhor investimento público, a grande aposta para 2002, quer à justiça fiscal, quer a uma preocupação acrescida e dinâmica com a competitividade, perante os nossos parceiros e concorrentes. Temos de estar aptos a mobilizar todas as energias disponíveis para criarmos mais e melhor emprego, para alargar a influência das nossas empresas, para apostar na qualificação das pessoas e na produtividade e para assumirmos o domínio estratégico da nossa economia.

O Orçamento para 2002 consagra uma política financeira assente numa leitura muito rigorosa - com previsões cautelosas e realistas - e virada para um futuro de consolidação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem qualquer fundamentalismo e com uma flexibilidade fundamental, pondo em primeiro lugar o objectivo de convergência real da ►

DEFESA E DEMOCRACIA



O «Expresso» de 5/10/01 publicou os resultados de um estudo sobre a confiança dos portugueses nas instituições do país. No topo da escala surgem as Forças Armadas e, nos dois últimos lugares, a Assembleia da República e os partidos políticos, depois das seguradoras, dos grandes grupos económicos, do patronato e de toda uma série de outras entidades. Infelizmente comprova-se, assim, o conhecido desgast da imagem e o desprestígio da instituição parlamentar e dos partidos, sintoma preocupante do estado actual da nossa democracia. Em contrapartida, não deixa de ser significativa a confiança maioritariamente atribuída às Forças Armadas — o que, se tivermos em conta a política de Defesa e militar prosseguida pelos governos da República, desde há anos, deveria merecer alguma reflexão. Política que, em termos gerais, tem sido determinada pelo curto prazo e condicionada pelas cedências aos grupos de pressão que são as juventudes partidárias, assim como pelo raciocínio simplista e primário de que, em qualquer circunstância, cortar nas despesas militares é popular e rende votos. Durante o consulado cavaquista, o ministro Fernando Nogueira deixou como marca

mais relevante da respectiva acção o ter reduzido de forma drástica e imponderada o tempo de serviço militar obrigatório, desencadeando um processo de profissionalização integral das Forças Armadas sem sustentação financeira ou estrutural. Facto que teria consequências particularmente perturbadoras no que concerne à operacionalidade do Exército. Por essa altura, António Guterres — líder da oposição — não quis ficar atrás e comprometeu-se, em iniciativa pública da JS, a desconstitucionalizar o princípio do serviço militar obrigatório. Diga-se, a propósito, que tanto os deputados socialistas membros da Comissão de Defesa como os militantes em geral tiveram conhecimento através dos jornais dessa decisão do secretário-geral, não obstante a sua relevância político-ideológica e implicações práticas. Deste modo, na anterior revisão constitucional — uma das muitas revisões com que se vai alterando a nossa Lei Fundamental ao sabor da conjuntura —, a obrigatoriedade do serviço militar foi retirada, com o meu voto contra (e o de outros parlamentares). Após as eleições de 1995, o ministro António Vitorino, obrigado a deixar o Governo inesperadamente, não teve a

oportunidade de consolidar uma orientação e uma política. A partir daqui, reinaram o desnorte estratégico e a navegação à vista. Veja-se, só para citar alguns exemplos, o período irrealista de transição até ao fim da conscrição que foi definido, a forma enrolada como se procedeu à revisão do art. 31.º da Lei de Defesa Nacional, o arrastado e acidentado processo de aquisição de helicópteros e de submarinos ou, mais recentemente, a trópega elaboração da Lei de Programação Militar. Aliás, e a talhe de foice, continuo a considerar, agora ainda mais convictamente perante a actual situação internacional e as suas previsíveis incidências sobre a solidez e o funcionamento das democracias, que teria sido mais prudente e conforme ao interesse nacional a adopção de um modelo misto de Forças Armadas em que coexistissem corpos profissionais, altamente qualificados e bem equipados, com um contingente de soldados conscritos. Opinião que também noutros países, onde se enveredou por caminho idêntico, se começa a reafirmar. Em recente entrevista («Visão» n.º 447) o Presidente da República, Jorge Sampaio, levantou algumas questões pertinentes que urge debater, quanto à actualidade da

Lei de Defesa Nacional (que data de 1982), às competências do chefe do Estado nestas matérias, assim como quanto às funções do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Tendo em conta tudo isto, não deixa de causar perplexidade que continue sem ser revisto e adaptado às actuais realidades geopolíticas o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cuja nova versão chegou a estar anunciada para 1998. No quadro deste Conceito, que deve ser a expressão de vasto consenso, terão de se clarificar os contornos orgânicos das Forças Armadas de que o país necessita, os objectivos a visar nas várias frentes sociais e políticas — em termos de Defesa, claro —, as ameaças, as missões e os dispositivos. Por outro lado, cabe ao Governo — qualquer que seja a maioria — obrigar-se a garantir o suporte orçamental indispensável à operacionalidade, à coesão e à estabilidade das Forças Armadas, que não podem estar à mercê dos ciclos eleitorais ou do taticismo de quem, como dizem aquelas frases batidas, governa para as próximas eleições e não para as próximas gerações.

in-«Expresso», 20-10-2001

economia portuguesa com os parceiros europeus - articulando a consolidação das finanças públicas com um esforço concreto visando a coesão e o bem-estar dos portugueses. Eis porque Parlamento e Governo são chamados a um especial esforço no sentido de acompanhar a evolução da conjuntura económica - sem optimismos despropositados nem derrotismos perigosos, e de encontrar consensos de regime responsáveis orientados para o reforço da democracia e para um impulso reformador em torno deste plano financeiro. À incerteza externa temos de saber contrapor a estabilidade interna, um consenso responsável e um forte empenhamento num programa que ligue a competitividade necessária à justiça indispensável. Temos de apostar num espaço de coesão, de estabilidade e de segurança que responda positivamente a um clima de instabilidade e incerteza. A consciência social, a concertação estratégica, a segurança dos cidadãos, o combate à exclusão têm de ter, por isso, expressão prática ao lado do rigor e da disciplina nas finanças públicas, bem expresso no esforço colectivo de sustentabilidade financeira da Segurança Social, do apoio ao interior do país, de reforço das actividades económicas sociais em que apresentamos vantagens comparativas, de aposta forte na educação e na formação e de regularização e reforço do Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, a política fiscal prossegue no sentido do desagramento da tributação dos rendimentos do trabalho e de quem tem menores recursos, bem como no redobrar do esforço no sentido da eficiência tributária e do combate à fraude e à evasão, designadamente quanto aos off-shores, e na criação de condições concretas de competitividade fiscal, através do estímulo ao investimento e à criação de riqueza e de emprego, do incentivo ao crescimento do mercado de capitais e à promoção da atracção de investimento estrangeiro à economia portuguesa.

Prioridade à convergência real

Não se trata, pois, de recuar ou de fazer qualquer contra-reforma fiscal, como aqui bem disse o deputado João Cravinho, mas de tirar as lições, designadamente perante as circunstâncias que mudaram, e de assumir uma agenda positiva, séria, exigente e dinâmica. Numa conjuntura de abrandamento devemos atrair capitais e iniciativas económicas aptas a criar riqueza estável, combatendo a fraude e a especulação. É a prioridade à convergência real, à criação de emprego e à capacidade de atracção da nossa economia que está em causa.

Competitividade e justiça são faces de uma mesma moeda - pois precisamos de aumentar a base da nossa tributação para tornarmos o sistema mais equitativo e mais

redistributivo, na linha social democrata e do socialismo democrático, e para podermos desagravar de modo consistente os rendimentos do trabalho e os cidadãos de recursos mais baixos. O Governo dará provas seguras de querer continuar a lutar pela equidade fiscal. Aqui estará o avanço concreto no sentido que desejamos. Este Orçamento deve, assim, ser encarado como um instrumento para mobilizar o País, tem de constituir-se num factor positivo capaz de lançar um impulso reformador - através de consensos duráveis que reforcem o regime democrático:

- (i) no completar da reforma orçamental - designadamente através da criação indispensável, que o Pacto de Estabilidade e Crescimento exige, de uma coordenação entre a Administração Central, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais, no sentido do cumprimento dos limites e da disciplina a que estamos obrigados;
- (ii) no garantir do rigor, da coerência, da transparência e da flexibilidade na gestão orçamental nos diferentes subsectores da economia pública - privilegiando a salvaguarda das obrigações para com as gerações futuras, dando maior peso às despesas de investimento no poder local e descentralizando melhor, no sentido de maior solidariedade nacional;
- (iii) no prosseguimento da reforma do património do Estado já delineada em 1999;
- (iv) na ligação efectiva entre consolidação das finanças públicas e reforma do Estado -

com passos necessários em ordem à eficiência, à produtividade, à qualidade da despesa e à avaliação;

(v) na exigência de mudanças estabilizadoras na fiscalidade, no sentido da simplificação e da certeza - desde os consensos necessários na tributação do património à simplificação do imposto sobre o rendimento, passando pela luta contra a corrupção, pelos acordos de dupla tributação e pela troca de informações internacionais, em nome da estabilidade de políticas, de planos, de critérios e finalmente;

(vi) no completar da modernização do mercado financeiro e do sistema bancário, em nome da eficiência e da estabilização económica, num momento decisivo de internacionalização da nossa bolsa e de início de circulação do euro.

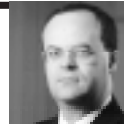
Um Orçamento para a confiança exige acção e reformas determinadas e gradualistas, estudadas e preparadas com tempo, capazes de mobilizar e de reforçar as capacidades da economia portuguesa - eis o que propomos, para que os portugueses respondam positivamente à incerteza com estabilidade e sentido de responsabilidade. É este o caminho que temos de prosseguir, olhando para diante, tornando o primeiro Orçamento do Euro, um Orçamento de convergência, de justiça e de competitividade - para Portugal.»

Resumo da intervenção do ministro das Finanças no encerramento do debate, na Assembleia da República, das Grandes Opções do Plano e da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para 2002.

PARLAMENTO

Vitalino Canas

O DEPUTADO-QUE-SÓ-SE-SENTA-NO-PLENÁRIO



Qual é Assembleia da República (AR) que a Constituição idealize? Uma AR em que os deputados considerem como tarefa exclusiva sentarem-se no plenário, garantindo quórum, assistindo aos debates, e levantando-se para votar nos momentos aprazados? Ou uma AR de deputados que trabalham nas comissões, atendem cidadãos nos círculos, acompanham a vida destes, participam em eventos relevantes, representam a AR em órgãos externos e missões ao estrangeiro e acompanham sempre que possível os debates em plenário? Quer a Constituição uma AR onde vale, sobretudo, a «verdade formal» feita pelos que podem estar no momento da votação, porque não estão nem a cumprir tarefas inadiáveis no seu círculo, nem em viagem oficial, nem a desempenhar outra missão relevante, nem doentes? Ou é mais ambiciosa, exigindo uma «verdade material» que corresponda plenamente ao sentido e à proporção de votos resultantes da vontade eleitoral? Uma AR em que uma minoria política vence ocasionalmente uma votação por haver dois ou três deputados da maioria impossibilitados de comparecer no momento da votação é uma AR mais verdadeira do que aquela em que há mecanismos regimentais que permitem que tais ausências por motivos de força maior ou de cumprimento de outros deveres parlamentares sejam considerados irrelevantes para o resultado final? O debate dos últimos dias sobre a votação da Lei de Programação Militar (LPM) surpreende: ele mostra que há reputados líderes de opinião que defendem uma AR do «deputado-que-só-se-SENTA-no-plenário» e da «verdade formal» e

que há exegetas da Constituição que sustentam que esta também prefere esse modelo. Quanto aos defensores do «deputado-que-só-se-SENTA-no-plenário» limitar-me-ei a dizer que considero esse modelo totalmente errado e indesejável. Quanto à interpretação da Constituição, não tenho dúvidas de que ela elege o modelo do deputado activo e prefere a «verdade material» à «verdade formal». A Constituição determina que os deputados desfrutem de «condições adequadas... ao indispensável contacto com os cidadãos eleitores». Consagra o deveres de comparecer às reuniões do plenário e de participar nas votações, mas também de comparecer nas comissões a que pertencem, de desempenhar os cargos e as funções para que sejam designados na AR, etc. Haverá acasos em que o exercício de algumas das funções prejudica o cumprimento das outras. A Constituição não diz quais devem ceder em caso de impossibilidade de exercício simultâneo: quando o deputado tem à mesma hora uma votação e uma visita oficial ao estrangeiro, a Constituição não diz que a segunda tarefa deve ser prejudicada a favor da primeira. Nessas circunstâncias deixa ao Regimento da AR a missão de compatibilizar todas as tarefas ou, quando isso for impossível, de criar mecanismos que minorem os inconvenientes de não poderem ser cumpridas em simultâneo. Nesse contexto, a Constituição só não prescinde de uma coisa: da «verdade material». Em tudo o que são decisões da AR, a vontade popular, representada de modo proporcional pelos deputados, deve ser respeitada, devendo ser criados os mecanismos que evitem que ela seja

postergada circunstancialmente. Essa vinculação à «verdade material» decorre de princípios constitucionais, entre eles o princípio democrático e o da soberania popular. Um regimento que deixasse ao acaso uma qualquer votação, permitindo que, hoje, um diploma proposto por um Governo maioritário fosse chumbado por ausência de um deputado em missão oficial ou que, amanhã, um diploma de um Governo minoritário fosse aprovado aproveitando a ausência (por doença, por hipótese) de meia dúzia de deputados da oposição maioritária, contrariaria gravemente a «verdade material», lesaria a vontade eleitoralmente expressa, violaria o princípio democrático. O regimento e as práticas da AR têm sempre evitado isso, e bem! Fazem-no sem contrariar a Constituição. Quando, por exemplo, a Constituição diz que as leis orgânicas carecem de aprovação de 116 deputados ela não especifica de que modo essa aprovação deve ocorrer. A Constituição não impede, nomeadamente, que num futuro mais ou menos próximo um deputado internauta possa votar electronicamente... à distância! É claro que se não houver impedimento resultante do exercício de outros deveres parlamentares de igual dignidade, os deputados devem estar presentes no Plenário no momento da votação. Nessa circunstância não haverá nenhum outro dever verdadeiramente conflituante, pelo que deve ser cumprido o único que resta, o dever de participar nas votações. Mas se existir um conflito efectivo entre o cumprimento de deveres de dignidade semelhante, nenhuma norma constitucional impede que o Regimento crie formas alternativas de expressão da aprovação dos deputados, de

modo a garantir o respeito absoluto pela «verdade material». Tem-se discutido se o PR incorreu numa inconstitucionalidade quando promulgou a LPM. Claramente, não. Só há inconstitucionalidade quando se viola a norma constitucional que consagre uma obrigação ou um limite. No caso vertente o PR (tal como os deputados!) tinha uma mera faculdade de suscitar a fiscalização preventiva. A não utilização dessa faculdade não configura qualquer inconstitucionalidade. Alguns pensaram que o PR iria devolver a LPM à AR para nova votação. Era aquilo que protegia melhor o Presidente, o Parlamento e as instituições políticas em geral, alegava-se. Acontece que essa hipótese se tornou inviável, sem que o PR tivesse concorrido para isso, a partir do momento em que ela foi recusada na AR, conforme revela com clareza o dr. Almeida Santos na carta endereçada ao dr. Marcelo Rebelo de Sousa, entretanto publicitada. Confrontado com isso e conhecendo-se a jurisprudência do Tribunal Constitucional que, em 1992, firmou a regra de que «o Diário... Vale como «expressão autêntica» do ocorrido na sessão plenária», jurisprudência essa que, se aplicada no caso vertente, levaria muito provavelmente o TC a não se pronunciar pela inconstitucionalidade da LPM, ao PR só restavam dois caminhos: ou promulgava ou exercia o veto político se não concordasse com o conteúdo da lei. Não sendo este o caso, o PR escolheu a única opção que lhe restava: promulgou. Essa atitude só pode merecer elogio. PS. – O PSD agora compreende melhor aquilo a que me refiro no meu artigo.

In-Expresso, 10-11-2001

MADEIRA

Gil França

OS PATRIOTAS SOFISTAS

A única diferença, deveras hilariante, foi a comédia de ameaças a fantasmagóricas inconstitucionalidades. Uma delícia! Mas, francamente, não havia «nexidade»!...

No ano passado, e ainda antes de o Orçamento de Estado estar sequer elaborado, o PSD anunciou, perante a incredulidade geral, que votaria contra, independentemente do seu conteúdo. Por prudência...ou melhor, na expectativa de poder eventualmente sacar mais alguns milhões, o PSD/Madeira e respectivos deputados só exprimiram a sua posição bastante mais tarde, já depois de conhecida a substância. Este ano, incrivelmente (há coisas que, de facto, só vindo para crer!) aconteceu o contrário. O Dr. Jardim e seus «compagnons de route» resolveram antecipar-se a tudo e todos, anunciando a rejeição do OE ainda antes de conhecê-lo, tal como, de resto, o fizera o seu partido a nível nacional no ano anterior. A única

diferença, deveras hilariante, foi a comédia que se seguiu, de ameaças a fantasmagóricas inconstitucionalidades. Queriam ser consultados antes mesmo da existência do próprio objecto da audição. Uma delícia!... Mas, francamente, não havia «nexidade»!... Quanto ao PSD nacional, depois de reconhecer que, este ano, o OE até tem medidas positivas, nomeadamente ao nível do controlo da despesa pública, fomento da competitividade e melhoria do sistema fiscal, ficou-se pelos pressupostos, alegando não acreditar na sua exequibilidade real, e daí o anúncio solene da missão patriótica de reprová-lo, em nome dos soberanos interesses dos portugueses. Entretanto e quando se julgava já arquivada a competição, que tanto nos animou nestes dois anos, entre os doutores Durão, Portas, Louçã & C.ª Lda., em torno das famosas moções de censura ou de confiança – ora avanço eu, ora desafia tu – eis que, como que regressado da sua tumba (tumba política, claro está) nos surge, esta semana, o doutor Cavaco incitando o Presidente da República a pressionar o

Governo à apresentação de uma moção de confiança no Parlamento, onde, como é sabido, o PS não detém a maioria absoluta. Ou seja, o doutor Cavaco vem, uma vez mais, com o seu infame tique de presciência, propor que o Presidente da República, pressione o Governo a lançar o País numa crise de instabilidade política, de contornos imprevisíveis no contexto actual, convicto que assim resolver-se-iam, como que, por magia, os problemas macroeconómicos dum País que, como todos os outros, incluindo o colosso Alemanha, não está imune ao que acontece no exterior. Só não se percebe porque é que, tendo soluções tão infalíveis, no tempo dos seus governos, mais precisamente no quadriénio de 91/95, Portugal cresceu sempre menos do que a média da União Europeia. O diferencial da inflação era três vezes superior. O défice do PIB era de 5,8 quando agora é de 1,7. A dívida acumulada era de 66 por cento do PIB, quando hoje anda na casa dos 54 por cento. O aumento dos salários reais ficaram sempre aquém dos valores da inflação. O problema é que, ao invés de certas

eminências pardas, sempre a pairar nas nuvens, o Zé Povinho, cá em baixo, com os pés bem assentes na terra, não desconhece que em matéria de macroeconomia não há receitas milagrosas e muito menos da parte de quem, em condições muito mais favoráveis, quer política, quer conjuntamente, não foi capaz de fazer melhor, antes pelo contrário. Enfim, depois de o próprio prof. Marcelo Rebelo de Sousa ter dito uma vez, que o Dr. Cavaco era um exímio demagogo, apetece-me acrescentar que, com estes patriotas sofistas, não se aprende nada!... Para concluir, seria importante que os deputados do PSD/Madeira explicassem aos madeirenses, sem evasivas de mau entendido, porque é que tendo aprovado sempre os orçamentos, multíssimos mais restritivos para a Região e para as Autarquias, dos governos do Dr. Cavaco, reprovam agora um OE que transfere praticamente o triplo das verbas para a Região e o dobro para as Autarquias Locais. Já Pascal dizia, noutro contexto, mas que se adapta perfeitamente a este, que há razões insondáveis que a própria razão desconhece.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Filme em Abrantes

Com estreia nacional absoluta, o cinema regressa ao Cine-Teatro São Pedro, amanhã, com o filme «Angel Eyes», com Jennifer Lopes. A película permanecerá em exibição até ao dia 22, sempre às 21 e 30.

Arte em Albufeira

«Revista à Portuguesa» é o espectáculo, a cargo do grupo Rouxinóis da Anadia, que poderá ver, este sábado, dia 17, a partir das 15 horas, no Auditório Municipal. A primeira Subida Impossível do Moto Clube de Albufeira acontece, domingo, dia 18, a partir das 13 horas, no Gavião (São Bartolomeu de Messines). A exposição colectiva de arte *naif* brasileira encontra-se patente ao público, até ao dia 30, na Galeria Municipal. A mostra poderá ser visitada de segunda a sábado, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Coro em Almodôvar

O agrupamento coral da Universidade Nova de Lisboa actuará, sábado, dia 17, às 21 horas, no Cine-Teatro Municipal, num espectáculo que se integra no programa cultural da Semana da Música.

Teatro em Coimbra

O Bar Interactivo do IPJ convoca-te, «Fora de Horas», este sábado, dia 17 (22h), a assistires ao espectáculo «Jazz Jovem». Nos dias 19 e 20, às 15 horas e pelas 21 e 45, assiste, no Teatro Académico de Gil Vicente, à representação da peça «Sexo? Sim, Obrigado! Ou a Arte de Folgar». Trata-se de um texto assinado por França, Jacopo e Dario Fo, com encenação de Pompéu José e interpretação a cargo do Trigo Limpo Teatro ACERT.

Comédia em Fafe

«A Saúde Está de Baixa» é o título da comédia que será apresentada, amanhã, sexta-feira 16, no estúdio Fénix, em dois momentos: à tarde, a partir das 15 horas, para os idosos do concelho; e à noite, pelas 21 e 30, para o público em geral. A peça é da autoria de Joaquim Soares, tem encenação de Fernando capela Miguel e é representada pelo Grupo de Teatro da Tertúlia Vimaranesense de Cultura Galaico-Portuguesa. A entrada é livre!

Fantoches em Guimarães

No sábado, dia 17, às 9 e 30, o grupo teatral CCD da Coelima leva à cena a peça «O Mar», de Miguel Torga, no âmbito das X Jornadas da Juventude e do Teatro. Os «Riscos e Rabiscos» do pintor José Filipe Mendes estarão em exibição, até dia 20, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago.

«Penteadinho e Violeta» é o teatro de fantoches a que poderá levar os mais pequeninos, esta quarta-feira, dia 21, pelas 11 horas, na Biblioteca Anexa de Pevidém.

Xadrez em Lisboa

«O Fado Virado a Nascente», a nova aventura de Rão Ryao, será estreada, com o lançamento do novo CD, hoje, às 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. O indiano Viswanathan Anand, actual campeão do Mundo da Federação Internacional (FIDE), será a grande estrela do VI Festival de Xadrez de Lisboa, a realizar entre os dias 17 e 25 deste mês, no Pavilhão Municipal do Casal Vistoso. Entre as várias iniciativas previstas durante os nove dias do Festival foi contemplada a comemoração do Dia Internacional do Xadrez, na segunda-feira, um torneio intermunicipios, um ciclo de conferências, um programa denominado «Xadrez e as novas tecnologias» e uma exposição de trabalhos elaborados por jovens de núcleos de xadrez nas escolas.

Caricaturas na Lousã

A inauguração da mostra de Jacqueline Moy realiza-se, no dia 17, pelas 16 e 30, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal. Na ocasião, será ainda inaugurada a exposição de caricatura «Humor no Feminino», organizada pela Cooperativa Trevim, na sala alternativa do museu.

Livro no Montijo

Realiza-se, amanhã, às 18 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o lançamento do livro «Montijo: Imagens da Tradição Concelhia», da autoria de Luís Graça. No âmbito do programa «Domingo em Movimento», realiza-se, no dia 18, o passeio pedestre intitulado «Trilho dos Flamingos». A concentração será junto ao polidesportivo do Parque Municipal, às 9 horas, estando prevista a chegada para as 12 e 30. O percurso, restrito a municípios com mais de 13 anos, terá uma extensão de seis ou sete quilómetros, visando dar a conhecer o património histórico e cultural das salinas do Samouco.

Concerto em Paredes de Coura

No âmbito da iniciativa «Música Jovem 2001», realiza-se, este sábado, dia 17, às 21 e 30, no Centro Cultural, um concerto com a Orquestra Sinfónica Juvenil, que recriará obras de Mozart, Beethoven, Tchaikovsky e Sibelius. O evento contará com a interpretação da solista de clarinete Susana Valente e com a direcção musical de Roberto Pérez.

Calígula em Portimão

A ACTA – Companhia de Teatro do Algarve leva à cena, amanhã e no fim-de-semana, no Cinema de Portimão, sempre pelas 21 e 30, a peça «Calígula», de Albert Camus.

SUGESTÃO

QUEBRA-NOZES

Um dos mais famosos «prelúdios» de Natal – o «Quebra Nozes» – está no Coliseu de Lisboa, a partir de hoje e até domingo (15, 16 e 17 às 21 e 30 e 17 e 18, às 16 e 30). Trata-se de um dos bailados mais conhecidos no mundo inteiro. É já tradição levar esta pérola da dança romântica à cena na quadra natalícia pela fantasia e o sonho que evoca, tão próprios da época. O «Quebra-Nozes» é um produto de magníficas criações e a máxima expressão da dupla genial constituída pelo compositor Peter Tchaikovsky e pelo coreógrafo Marius Petipa. A sensibilidade de Tchaikovsky, na harmoniosa conjugação do tecido sonoro com os movimentos corporais, bem como a criatividade de Petipa, que eleva o ballet a formas mais cultas do que o mero entretenimento, encontraram a receita perfeita nesta obra conjunta dos mestres russos. Este ano, o público português terá o privilégio de assistir a uma notável versão deste bailado. O «Quebra-Nozes» será recriado entre nós pelo Russian Theatre Ballet, sob a direcção de Yuri Grigorovich.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

O sal da língua

Escuta, escuta: tenho ainda uma coisa a dizer.
Não é importante, eu sei, não vai salvar o mundo, não mudará a vida de ninguém – mas quem é hoje capaz de salvar o mundo ou apenas mudar o sentido da vida de alguém?
Escuta-me não te demoro.
É coisa pouca, como a chuvinha que vem vindo devagar.
São três, quatro palavras, pouco mais. Palavras que te quero confiar. Para que não se extinga o seu lume, o seu lume breve.
Palavras que muito amei, que talvez ame ainda.
Elas são a casa, o sal da língua.

Eugénio de Andrade
In «Um Mundo no Coração»,
antologia organizada por Jean-Paul Mestas

Guimarães 2001
JAZZ

14 a 23 de Novembro
Auditório da
Universidade do Minho
22h00

POLÍTICA

Jorge Coelho

A INSEGURANÇA DO LÍDER DO PSD



Dois acontecimentos políticos marcaram a actividade do líder do PSD na penúltima semana.

O primeiro foi o debate mensal realizada na AR sobre política de segurança. O segundo foi o combate contra o Presidente da República devido à promulgação da Lei de Programação Militar.

No debate mensal, o primeiro-ministro apresentou para análise um conjunto de propostas relativas à questão da segurança. Destaco algumas dessas iniciativas:

1. Reforma do Sistema de Informações da República, criando condições para haver uma melhor cooperação com outras áreas relevantes para a segurança colectiva;
2. Clarificação da Natureza das Forças de Segurança. PSP civil e GNR Militar. Continuação de entrada de agentes da PSP em 2002, na sequência de que tem acontecido desde 1996 (mais de 5 000 agentes da PSP e da GNR);
3. Colaboração das Forças Armadas em missões de prevenção de riscos colectivos de origem externa, fora do estado de sítio ou de emergência;
4. Uma nova estratégia de combate às ameaças criminosas de maior perigo e, designadamente, o terrorismo;
5. Uma estratégia nacional de resposta aos riscos de ameaça NBQ – Nuclear, Biológica e Química.

Perante estas iniciativas, a oposição apresentou propostas alternativas e reconheceu a importância de se debater as questões relativas à segurança, sobretudo, depois dos atentados de 11 de Setembro nos EUA.

A excepção foi o PSD. Para espanto de todos, o PSD é em particular o seu líder, Durão Barroso, insistiram em falar de outros assuntos, cuja importância era manifestamente menor.

O que de facto se passou é que, perante um tema que ultrapassa fronteiras, de grande actualidade e que lança novos desafios, o líder do PSD remeteu-se a um estranho silêncio. Mais estranho é ainda para quem já foi secretário de Estado da Administração Interna.

Do meu ponto de vista, Durão Barroso quis fazer «um número» para a Comunicação Social, para garantir presença nos telejornais, mas falhou redondamente o objectivo. Mais, os portugueses ficaram a saber que é «zero» a resposta dos PSD às preocupações sobre segurança.

Por outro lado, este comportamento revela uma grande ansiedade de protagonismo e uma grande insegurança de Durão Barroso na liderança do PSD.

É que, e aqui passo já para o segundo caso, o líder do PSD quer dar provas que lidera a oposição e é a melhor alternativa para a liderança do PSD.

No que se refere à promulgação da Lei de Programação Militar, tudo começou, mais uma vez, com Marcelo Rebelo de Sousa a «passar a perna» a Durão Barroso ao demitir-se do Conselho de Estado.

Esta decisão deixou Durão Barroso em dificuldades; acusado de ser um líder «frouxo», a primeira reacção que teve foram os ataques brutais ao Presidente da República.

Foram acusações duras, que colocaram em causa a honorabilidade do Presidente da

República e que não fazem sentido, muito menos, por parte de quem as fez, porque, se algum deputado tivesse objecções à metodologia seguida na votação, tinha três oportunidades de a pôr em causa:

1. Pedir uma contagem ou votação nominal;
2. Questionar a aprovação da Acta da reunião no Plenário;
3. Pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade da Lei.

O PSD e o seu líder não recorreram a uma única oportunidade para questionar a aprovação do diploma e deixaram passar todos os prazos.

O líder do PSD não cumpriu os compromissos que assumiu, faltou à verdade, agiu de má-fé.

Durão Barroso limitou-se a uma discordância serena sobre o conteúdo da Lei e só quando Marcelo Rebelo de Sousa se demitiu, para evitar a ideia de ficar secundarizado, endureceu o discurso e colocou em causa alguns compromissos assumidos pelo seu partido e por si próprio.

O líder do PSD prestou um mau serviço à democracia e ao País.

Depois dos ataques e da resposta do Presidente da República ficou mais uma vez bem evidente que Portugal sabe resistir às pressões partidárias e a «condição» primeira que coloca é a de Presidente de todos os portugueses.

O País e os portugueses não podem ter os seus interesses em causa devido às dificuldades na liderança de um partido político. Assim não, Dr. Durão Barroso. A política de terra queimada nunca deu bons resultados.

«A pensão do regime geral subiu 84 por cento, desde 1996. Quando o PS chegou ao Governo, falava-se na falência da Segurança Social. Hoje, há a perspectiva de podermos chegar a 2040 com este sistema sustentado»

Paulo Pedroso

Visão, 8 de Novembro

«O Rendimento Mínimo Garantido tem uma lógica de inserção, já visível. Mais de 300 mil pessoas passaram pelo RMG, das quais 80 por cento já saíram, com rendimentos superiores ao RMG»

Idem, ibidem

«A Lei de Bases da Segurança Social afirma o equilíbrio entre um sistema público, sólido e universal, e um sistema privado de opção individual e complementar. É a solução, na generalidade dos países»

Idem, ibidem

«O bastonário dos Advogados não deve ser ministro-sombra»

Carlos Candal

Expresso, 10 de Novembro

«Num mundo globalizado cada vez mais inseguro e perigoso (como dizia o saudoso Victor Cunha Rego), abrir espaços regionais com a consistência de valores fundamentais comuns, línguas afins e culturas inter-relacionadas é importante contra o "pensamento unico" invasor»

Mário Soares

Ibidem

«Desenvolver as relações interlatinas, afirmando os valores que nos são comuns, parece ser um objectivo não despiçando neste tempo incerto»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor	€ /	\$00

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,49 € / 500\$	3,99 € / 800\$
Regiões Autónomas	3,49 € / 700\$	5,99 € / 1.200\$
Macau	6,48 € / 1.300\$	11,97 € / 2.400\$
Europa	7,48 € / 1.500\$	14,47 € / 2.900\$
Resto do Mundo	11,47 € / 2.300\$	21,95 € / 4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor	€ /	\$00

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,23 € / 1.650\$	16,21 € / 3.250\$
Regiões Autónomas	11,97 € / 2.400\$	22,94 € / 4.600\$
Macau	22,94 € / 4.600\$	45,39 € / 9.100\$
Europa	27,43 € / 5.500\$	53,87 € / 10.800\$
Resto do Mundo	42,40 € / 8.500\$	82,80 € / 16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

